



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ

PLANOS DAS DISCIPLINAS TEÓRICAS - 2016.

- **CURSO PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO APLICADO**
 - **CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA**

Curitiba, 2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PLANOS DAS DISCIPLINAS E MÓDULOS DE DISCIPLINAS.....	5
1. Metodologia da Pesquisa Jurídica – EAD.....	5
2. Direito Constitucional	6
3. Teoria Geral do Direito e da Política – EAD	9
4. Direito Civil – Parte Geral.....	11
5. Direito Civil – Coisas.....	14
6. Direito Civil – Obrigações.....	17
7. Direito Civil – Família - EAD.....	19
8. Direito Civil – Sucessões	23
9. Direito Empresarial	28
10. Direito Processual Civil – I.....	29
11. Direito Processual Civil – II	31
12. Direito Penal-I	33
13. Direito Penal-II	36
14. Direito Processual Penal.....	39
15. Direito das Relações de Consumo - EAD.....	43
16. Direito Administrativo.....	46
17. Direito Tributário.....	50
18. Infância e Juventude - EAD.....	51
19. Direito Eleitoral - EAD.....	54
20. Direito Ambiental - EAD	57
21. Sociologia do Direito - EAD	60
22. Psicologia Judiciária e Técnicas de Conciliação - EAD.....	62
23. Ética, Estatuto Judiciário da Magistratura Nacional e Org. Judiciária. - EAD...	65
24. Filosofia do Direito e Hermenêutica – EAD	66

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os Planos das Disciplinas e Módulos de Disciplinas Teóricas do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado, apensos ao Projeto Pedagógico do Curso.

Os mesmos Planos de Disciplinas se aplicam ao Curso de Preparação à Magistratura, em nível de aperfeiçoamento, conforme regulamento próprio, exceto as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Científica, Psicologia Judiciária e Técnicas de Conciliação e Mediação, Sociologia do Direito e Filosofia do Direito e Hermenêutica, integrantes somente no currículo do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado.

A revisão curricular geral ocorreu por ocasião do V Encontro Estadual dos Professores, em Curitiba, em julho de 2013, quando os Planos das Disciplinas foram analisados pelos Professores dos Núcleos Descentralizados da EMAP, presentes no Encontro. Em novembro de 2014, os Planos das Disciplinas EaD foram revistos e adaptados ao ensino eletrônico. Em dezembro de 2015 houve a reelaboração dos Planos das Disciplinas de Direito Processual Civil I, II e da Disciplina de Prática Processual Civil, tendo em vista as alterações do Novo Código de Processo Civil.

Em 08 de agosto de 2014 e 10 de dezembro de 2015, o Conselho Técnico aprovou modificações no Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado, quanto à diminuição da carga horária por disciplina ou módulo, forma de avaliação, oferta de 20% da carga horária na modalidade a distância (EaD), por meio de mídia eletrônica e alteração das regras para o Trabalho de Conclusão de Curso – (TCC), conforme discriminação que segue:

- Carga horária: total de **528** horas/aula de 50min. ou **440** horas relógio.
- O TCC do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado deverá ser apresentado em forma de **monografia**.
- Avaliação das aulas teóricas: semestralmente, reunindo todas as disciplinas em um instrumento de avaliação, com questões objetivas, aplicado em 3 horas-aula, no final de cada semestre, estabelecendo também a média de aprovação, por bloco de disciplinas, em **5,0 (cinco)**.
- 20% da carga horária ofertada a distância: as disciplinas de menor carga horária foram selecionadas para oferta em mídia eletrônica, na plataforma *moodle*, 100% a distância, perfazendo um total de 104 h/a ou aproximadamente **20%** de 528h/a. (Teoria Geral do Direito e da Política, Direito das Relações de Consumo, Direito Eleitoral, Direito Ambiental, Infância e Juventude, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Sociologia do Direito, Psicologia Judiciária e Técnica de Conciliação, Ética e Filosofia do Direito e Hermenêutica).

Quadro I - Disciplinas do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Aplicado – 2016 e Curso de Preparação à Magistratura – 2016.

a) Estudos Básicos:		horas-aula	horas-aula
		PRESENCIAIS	EAD
1)	Metodologia da Pesquisa Jurídica (*)		8
2)	Direito Constitucional	30	
3)	Teoria Geral do Direito e da Política		8
b) Estudos Essenciais:		horas-aula	horas-aula
1)	Direito Civil		
	Direito Civil - Parte Geral	12	
	Direito Civil - Coisas	12	
	Direito Civil - Obrigações	24	
	Direito Civil - Família		16
	Direito Civil - Sucessões	12	
2)	Direito Empresarial	16	
3)	Direito Processual Civil		
	Direito Processual Civil I	30	
	Direito Processual Civil II	18	
4)	Direito Penal		
	Direito Penal I	28	
	Direito Penal II	26	
5)	Direito Processual Penal	22	
6)	Direito das Relações de Consumo		8
c) Estudos Especializados:		horas-aula	horas-aula
1)	Direito Administrativo	20	
2)	Direito Tributário	14	
3)	Infância e Juventude		8
4)	Direito Eleitoral		8
5)	Direito Ambiental		8
d) Estudos Humanísticos:		horas-aula	horas-aula
1)	Sociologia do Direito (*)		8
2)	Psicologia Judiciária e Técnicas de Conciliação (*)		12
3)	Ética e Estatuto Judiciário da Magistratura Nacional e Organização Judiciária		10
4)	Filosofia do Direito e Hermenêutica (*)		10
d) Prática Processual:		horas-aula	horas-aula
1)	Cível	75	
2)	Penal	78	
e)	Avaliações	7	
TOTAL EM HORAS AULAS DE 50MIN.		424	102
		528	
TOTAL EM HORAS DE 60 MIN.		440	

(*) Disciplinas não ofertadas para o Curso de Preparação à Magistratura, perfazendo um total de 38 horas-aula, as quais serão ofertadas na modalidade EAD, em aulas exclusivas para análise de questões de concursos públicos e temas afins.

PLANOS DAS DISCIPLINAS E MÓDULOS DE DISCIPLINAS

1. Metodologia da Pesquisa Jurídica – EAD

1. Identificação – PLANO DA DISCIPLINA.

Escola da Magistratura do Paraná

Curso de Preparação à Magistratura

Disciplina: **Metodologia da Pesquisa Jurídica**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet.**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. Analisar os principais fundamentos teóricos da pesquisa científica, visando sua aplicação na elaboração do trabalho monográfico.

2.2. Elaborar um projeto de pesquisa contendo todas as etapas necessárias e dentro das normas da Instituição.

3. Ementa

O trabalho científico. A redação científica: questões técnicas e éticas. A pesquisa jurídica. O projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Apresentação da monografia.

4. Conteúdo Programático

4.1. Caracterização da Monografia e suas diferenças em relação à dissertação e à tese. **Redação Científica:** questões técnicas e éticas.

4.2. Tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa histórica, pesquisa empírica.

4.3 Fontes de Pesquisa Jurídica.

4.4. Projeto de pesquisa para elaboração de monografia:

4.4.1. Etapas do projeto de pesquisa: planejamento da pesquisa; escolha do tema; delimitação do tema; formulação do problema; construção das hipóteses; justificativa; objetivos; revisão bibliográfica; metodologia; técnicas e instrumentos de pesquisa; cronograma; referências.

4.4.2. Elaboração do projeto de pesquisa.

4.5. Estrutura da Monografia: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais. Normas de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso da EMAP.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, questionários, fóruns de discussão e tarefas individuais.

Haverá também a atuação do professor tutor, que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, com as seguintes atribuições: condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

Elaboração de um projeto de pesquisa que deverá ser enviado pela sala on-line da disciplina, na data definida pelo professor, em comum acordo com a Instituição.

7. Bibliografia Básica

LEITE, Eduardo Oliveira de. **A monografia jurídica**. 10a. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.vol.I
NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 6ª.ed. ver. São Paulo:Saraiva, 2008.

GUTIERREZ, Silvana Spagnol. **Manual de orientação para apresentação de monografias**. Curitiba: Escola da Magistratura do Paraná. Disponível em: www.emap.com.br.

8. Bibliografia Complementar

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 3ª.ed. Belo Horizonte:Del Rey Editora, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

2. Direito Constitucional

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Constitucional

Ano: 2016

Carga Horária Total: 30 horas-aula

Modalidade: Presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

2.1. Gerais: Apreender as noções fundamentais de direito constitucional, utilizando raciocínio crítico sobre as tradicionais concepções ensinadas no curso de graduação e refletindo criticamente sobre a necessidade de adaptá-las ao direito constitucional contemporâneo.

2.2. Específicos: Desenvolver o raciocínio crítico para o exercício da jurisdição constitucional, mormente apresentado aos alunos casos reais para estudo, análise e discussão.

3. Ementa

Constituição. Princípios constitucionais. Aplicabilidade. Direitos e garantias fundamentais. Jurisdição Constitucional. Forma federativa de Estado e competências.

4. Conteúdo Programático

Parte 1:

4.1. Constituição e constitucionalismo. Conceito. Classificação. O Princípio da constitucionalidade. Famílias no direito constitucional.

4.2. Poder Constituinte. Conceito. Características. Espécies. Teorias sobre o poder constituinte: de John Locke a Sieyès. Poder constituinte originário. Poder constituinte supranacional. Poder constituinte derivado. As emendas à Constituição: emendas constitucionais e emendas constitucionais de revisão. Limites à reforma constitucional. Poder constituinte difuso e mutação constitucional. A interpretação constitucional e os costumes como mecanismos de mudança informal da Constituição. As normas constitucionais inconstitucionais.

4.3. Relações da Constituição nova com a ordem jurídica anterior. A Constituição anterior: os fenômenos da abrogação, desconstitucionalização e recepção material de normas constitucionais. Graus de retroatividade das normas constitucionais. A Constituição nova e o direito infraconstitucional anterior: recepção, não-recepção e revogação. A impossibilidade de inconstitucionalidade material superveniente.

4.4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Efetividade e Eficácia. Espécies. A teoria de José Afonso da Silva e seus críticos.

4.5. Interpretação da Constituição. Hermenêutica constitucional. Finalidade. Métodos de interpretação. O método jurídico. O método tópico-problemático. O método hermenêutico- concretizador. O método científico-espiritual. A metódica jurídica normativo-estruturante. A interpretação comparativa. Princípios de Interpretação constitucional. O princípio da unidade da Constituição. O princípio do efeito integrador. O princípio da máxima efetividade. O princípio da justeza ou da conformidade funcional. O princípio da concordância prática ou da harmonização. O princípio da força normativa da Constituição. Ponderação de bens no direito constitucional.

4.6. Direitos e Garantias Fundamentais. Teoria geral dos direitos e garantias. Titularidade. Características. Dignidade humana. Igualdade. Vida. Propriedade. Segurança. Liberdade. Ações afirmativas. Os Tratados Internacionais sobre direitos humanos. Controle de convencionalidade. O Tribunal Penal Internacional. O Incidente de Deslocamento de Competência. Direitos sociais.

4.7. Direitos de nacionalidade e direitos políticos. Nacionalidade originária e derivada. Perda da nacionalidade. Polipatrídia. Direitos políticos positivos e negativos. Perda de direitos políticos. Inelegibilidades.

Parte 2:

4.8. Ações constitucionais. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

4.9. Forma federativa de Estado. Origens da federação: o federalismo americano e brasileiro. Repartição de competências. Técnicas. A intervenção federal e estadual.

4.10. Poder Legislativo e processo legislativo. Organização do Poder Legislativo. Legislatura, sessão legislativa, período legislativo, Mesas das Casas, sessões ordinárias e extraordinárias. Função de fiscalização: as Comissões Parlamentares de Inquérito e os Tribunais de Contas. O processo legislativo: leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos.

4.11. Poder executivo e sistema de governo presidencialista. Competências e responsabilidade do Presidente. O processo de impedimento. Governadores e Prefeitos.

4.12. Poder Judiciário e funções essenciais à Justiça.

4.13. Controle da Constitucionalidade. Pressupostos. Espécies: controle político e jurisdicional. Sistemas de controle no direito comparado: as experiências inglesa, francesa, americana e austríaca. O modelo brasileiro. A jurisdição constitucional. A jurisdição constitucional das liberdades: características do sistema concreto e difuso. A cláusula de reserva de Plenário. A competência do Senado Federal. O controle concreto preventivo por meio de mandado de segurança. A jurisdição constitucional abstrata. As ações: ADI, ADIO, ADC e ADPF. Processo constitucional. As Leis 9868/99 e 9882/99. A Súmula vinculante. Lei 11417/06.. Ativismo judicial e crise do modelo brasileiro de controle.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, bem como estudo de casos reais e questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

BARROSO, Luís Roberto. **Direito constitucional e a efetividade de suas normas:** limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, Celso. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** São Paulo: Almedina, 2007.

DIAS, Cibele Fernandes. **Direito constitucional didático.** Curitiba: Juruá, 2012.

FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional. Editora Forense, 6ª Edição. 2013.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Direito Constitucional.** RT 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Saraiva 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade:** estudos de Direito constitucional. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: C. Bastos, 1999.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição constitucional:** o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da constituição.** Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SARLET WOLFGANG, INGO; MITIDIERO, DANIEL; MARINONE, LUIZ GUILHERME Curso de Direito Constitucional, RT, 2ª Edição 2013.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

8. Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; SERRANO JÚNIOR, Vidal. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Cibele Fernandes. **Decisões intermédias e mutação na justiça constitucional**. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Norma constitucional e seus efeitos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FAVOREU, Louis. **As Cortes Constitucionais**. São Paulo: Editora Landy, 2004.

GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérulo da Cunha (Coords). **Estudos de direito constitucional em homenagem a José Afonso da Silva**. São Paulo: Malheiros, 2003.

HAMILTON, Alexander et al. **O federalista**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Editora Sérgio Fabris, 1991.

LASSALE, Ferdinand. **A essência da Constituição**. Rio de Janeiro: Liber Júris, 1998.

LEAL, Roger Stiefelmann. **O efeito vinculante na jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Constituição federal interpretada**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Direito constitucional: teoria da constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **A Constituição reinventada pela jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SLAIBI FILHO, Nagib. **Direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRINDADE, André – Curso de Direito Constitucional – Atlas, São Paulo, 2ª Edição, 2013.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

WALDRON, Jeremy. **A dignidade da legislação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

3. Teoria Geral do Direito e da Política – EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Teoria Geral do Direito e da Política**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. Gerais: Capacitar o participante de visão crítica a respeito dos fundamentos do direito. Incentivar a prática de jurisdição inovadora.

2.2. Específicos: Capacitar o participante a trabalhar com os fundamentos do direito, no exercício da atividade jurisdicional. Capacitar o participante para a interpretação e a aplicação do direito observados os princípios e os fundamentos.

3. Ementa

1. Direito objetivo e direito subjetivo 2. Fontes do direito objetivo. Princípios gerais do direito. 3. Eficácia da lei no tempo. Conflitos de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro: direito penal, direito civil, direito constitucional e direito do trabalho. Jurisprudência. Súmula vinculante. 4. O conceito de política. Política e direito. 5. Ideologias. 6. Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4. Conteúdo Programático

4.1. Introdução: a Teoria do Direito como critério de "decibilidade". Direito objetivo: norma, concepção de ordenamento e sistema jurídico. Direito subjetivo: construção e superação da premissa de direitos subjetivos. Fontes do Direito e sua aplicação: problemas.

4.2. Dos princípios gerais do Direito aos princípios jurídicos: introdução ao pós-positivismo jurídico. Eficácia da lei no tempo e no espaço. O tempo, a historicidade do Direito e o conflito de normas jurídicas. Ordenamento interno e internacional. Jurisprudência e Justiça: a jurisdição e os direitos fundamentais. Súmula vinculante: "civil law" e "common law". Aplicação da Súmula vinculante.

4.3. Conceito de Política. Teoria Política do Direito. A relação entre Direito e Política. Estado, poder e ideologia. Pós-modernidade e judicialização da Política. Compreensão do fenômeno político moderno.

4.4. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Concepção contemporânea de Direitos Humanos. Jurisdição e concretização dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como fenômeno histórico.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

8. Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. **Conceito e Validade do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANARIS, Claus Wilhelm. **Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo. Martins Fontes

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

4. Direito Civil – Parte Geral

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral

Ano: 2016

Carga Horária Total: 12 horas-aula

Modalidade: presencial

2. Objetivos

Desenvolver uma reflexão crítica sobre a parte geral do direito civil que permita a sua melhor operacionalização, segundo os enfoques da doutrina e jurisprudência contemporânea.

3. Ementa

A parte geral do direito civil e a teoria da relação jurídica. Pessoa, objeto, fato jurídico e garantia. Perspectiva crítica da teoria da relação jurídica. Os direitos de personalidade. A teoria do fato jurídico. Os planos da existência, validade e eficácia. Objeto da relação jurídica, bens jurídicos e estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Prescrição e decadência.

4. Conteúdo Programático

4.1. Introdução: Constitucionalização do CCB/2002. LICC (Lei de Introdução do Código Civil). Regras jurídicas cogentes, não cogentes, impositivas, proibitivas, de Direito Privado e de Direito Público.

4.2. Das pessoas. Direito objetivo e Direito subjetivo. Pessoa Física: capacidade, aquisição, suprimento e cessação. Personalidade, Direito da Personalidade como, por exemplo: proteção à imagem e direitos autorais. Pessoa Jurídica: pessoa jurídica de Direito Público e de Direito Privado.

4.3. Dos bens: Noções gerais. Classificação. Proteção ao Bem de família, o Código Civil e a Lei 8009/90.

4.4. Fato, Ato e Negócio Jurídico. Planos de existência, validade e eficácia. Ilícitos contratuais e extracontratuais.

4.5. Prescrição e decadência: Noções gerais. Causas de impedimentos e suspensão. Causas de interrupção. Decadência. Prazos e regras de transição.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e estudo de questões de concurso público.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica e Complementar

ASCARELLI, Tullio. Personalità giuridica e problemi delle società. In: _____. **Problemi Giuridici**. Milano: Giuffrè, 1959. t.1.

_____. O empresário. Tradução de Fábio Konder Comparato. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, ano 36, jan./mar. 1998.

AUBRY et al. **Cours de Droit Civil Français**. 5.ed. Paris: Librairie générale de jurisprudence Marchal et Billard, 1897. t.I.

AULETTA, Giuseppe. Attività. **Enciclopedia del diritto**. Milano: Giuffrè, 1958.

AZEVEDO, Antonio Junqueira. **Negócio jurídico e declaração negocial**: noções gerais e formação da declaração negocial. São Paulo: [s. n.] 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Ciência do direito, negócio jurídico e ideologia. In: DI FRANCESCO, José Roberto Pacheco. **Estudos em homenagem ao professor Silvio Rodrigues**. São Paulo: Saraiva, 1989.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Antonio Junqueira. A caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. In: _____. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A proteção jurídica dos interesses coletivos. In: _____. **Temas de direito processual**. São Paulo: Saraiva, 1984.

BARUCHEL, Nathalie. **La personnalité morale en droit privé. Éléments pour une théorie**. Paris: LGDJ, 2004.

BASILE, Massimo. **Le persone giuridiche**. Milano: Giuffrè, 2003.

BERNARDES DE MELLO, Marcos. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. São Paulo: Saraiva, 2007.

BETTI, Emilio. **Teoria generale del negozio giuridico**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

BEVILAQUA, Clóvis. **Teoria geral do direito civil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BIANCA, Massimo. **Diritto civile**. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2002. v.1.

BOBBIO, Norberto. **Studi per una teoria generale del diritto**. Torino: Giappichelli, 1970.

BOBBIO, Norberto. **Dalla struttura alla funzione**. Milano: Edizioni di Comunità, 1977.

- CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2002.
- CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. **Revista de Processo**, ano 2, n.5, p. 128-159, jan./mar. 1977.
- CARNELUTTI, Francesco. **Sistema del Diritto Processuale Civile**. Padova: Cedam, 1938. v.2.
- CARNELUTTI, Francesco. **Teoria general del Derecho**. Granada: Comares, 2003.
- CASTRO Y BRAVO, Federico de. **La persona jurídica**. 2. ed. Madrid: Civitas, 1991.
- COLIN, A.; CAPITANT, H.; DE LE MORANDIÈRE, M. **Cours élémentaire de droit civil français**. Paris: Dalloz, 1934.
- COLOMBO, Giovanni Emanuelle. Osservazioni sulla natura giuridica delle cooperative. **Rivista del diritto commerciale**, Milano, ano 57, n.3-4, p.152, Mar./apr. 1959.
- CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de direito civil português: parte geral**. Coimbra: Almedina, 2004. t.1.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, J. Lamartine. **Conceito de pessoa jurídica**. 1962. Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná para concurso de livre docência de Direito Civil. Curitiba, 1962.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, J. Lamartine. **A dupla crise da pessoa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 6. ed. Tradução de J. Baptista Machado. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1988.
- ENNECCERUS-NIPPERDEY. Derecho Civil (parte general). In: ENNECCERUS-KIPP-WOLF. **Tratado de derecho civil**. Barcelona: Bosch, 1953. v.1.
- FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- _____. **Repensando fundamentos do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- _____. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**. 1999. Dissertação de Mestrado para a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Departamento de Administração. São Paulo, 1999.
- FERRARA, Francesco. **Teoria delle persone giuridiche**. 2. ed. riveduta. Napoli/ Torino: Eugenio Marguieri/Unione Tip Editrice Torino, 1923.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica**. São Paulo: LTr, 2002.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija**, n. 8, 2005.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. Dal diritto coloniale alla codificazione: appunti sulla cultura giuridica brasiliana tra setecento e novecento. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Milano, 2005.
- GIERKE, Otto von. **Natural law ant the theory of society: 1500 to 1800**. Tradução de Ernest Barker. Boston: Beacon Press, 1957.
- GIERKE, Otto von. Gierke's conception of law. In: GIERKE, Otto von. **Natural law ant the theory of society: 1500 to 1800**. Trad. Ernest Barker. Boston: Beacon Press, 1957.
- GIERKE, Otto von. **Political theories of the middle age**. Tradução de Frederic William Maitland. Boston: Beacon Press, 1958.
- GIERKE, Otto von. **Associations and law**. Translation of sections 3-5 issued as v.3. of Das

- deutsche Genossenschaftrecht. Trad. George Heiman. Toronto: Toronto Press, 1977.
- GIERKE, Otto von. **Community in historical perspective** (a translation of selections from *Das deutsche Genossenschaftsrecht*). Trad. Mary Fischer. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HÖRSTER, Heinrich Ewald. **A parte geral do código civil português: teoria geral do direito civil**. Coimbra: Almedina, 1992.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Desconsideração da personalidade societária no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 4. ed. Tradução de João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.
- KELSEN, Hans. **General theory of law and state**. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2006.
- LARENZ, Karl. **Derecho civil: parte general**. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 3. ed. Tradução de José Lamego. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1997.
- LEONARDO, Rodrigo Xavier. Pessoa jurídica: por que reler a obra de J. Lamartine Corrêa de Oliveira hoje?. 2005. Monografia vencedora do Concurso de Monografias Prêmio José Lamartine Corrêa de Oliveira. In: CASTRO, Rodrigo Pironte Aguirre de (Org.). **Concurso de monografias prêmio José Lamartine Corrêa de Oliveira**. Curitiba : Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, 2005.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo: RT, 2004.
- PONTES DE MIRANDA. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. t.1.
- PONTES DE MIRANDA. **Comentários à constituição de 1967 com a emenda n. 1, de 1969**. 2. ed. São Paulo: RT, 1971.
- SOMMA, Alessandro. Autonomia privada. **Rivista di diritto civile**, Padova, ano 46, n. 4, p. 597-598, jul./ago. 2000.
- STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. Poder e contrato(s): um diálogo com Michel Foucault. In: RAMOS, Carmem Lucia Silveira et al. **Diálogos sobre direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

5. Direito Civil – Coisas

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura
PLANO DA DISCIPLINA.
Disciplina: Direito Civil - Coisas
Ano: 2016
Carga Horária Total: 12 horas-aula
Modalidade: presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

2.1. Gerais: Capacitar o participante de visão crítica a respeito das formas jurídicas de apropriação de bens; despertar no participante a capacidade de construção teórica crítica no Direito Civil; incentivar a prática de jurisdição inovadora em Direito Civil.

2.2. Específicos: Estudar as noções fundamentais da teoria dos direitos reais, do direito de propriedade e da posse utilizando raciocínio crítico a respeito das tradicionais concepções ensinadas no curso de graduação; capacitar o participante a trabalhar com a tutela da posse e do direito de propriedade no exercício da atividade jurisdicional; capacitar o participante para a interpretação e a aplicação no Direito Civil das regras jurídicas relativas à posse e ao direito de propriedade.

3. Ementa

Pressupostos metodológicos para o Estudo do Direito Civil, com enfoque na regulação jurídica da apropriação de bens; Teoria dos Direitos Reais; Posse e Detenção; Função Social da Posse; Tutela da Posse; Direito de Propriedade; Função Social da Propriedade; Usucapião e Tutela da Propriedade; Garantias Reais; Condomínio e Obrigações *Propter Rem*; Tutela do Condomínio; Direitos de Vizinhança; Tutela dos Direitos de Vizinhança.

4. Conteúdo Programático

4.1 Constitucionalização do Direito Civil.

4.2. Direitos reais. Noções Gerais e Distinções.

4.3. Posse. Posse e detenção. Teorias da posse.

4.4. Efeitos da posse. Autotutela (legítima defesa e desforço imediato) e heterotutela (ações possessórias: reintegração de posse, manutenção de posse e interdito proibitório). Características especiais das ações possessórias (típicas).

4.5. Ações correlatas às ações possessórias (ações possessórias atípicas).

4.6. Propriedade imóvel e móvel. Aquisição originária e derivada. Usucapião. Regras de Transição. Acessões.

4.7. Aquisição derivada da propriedade imóvel e móvel. Registro de Imóveis. Tradição.

4.8. Ações petitórias. Ação Reivindicatória e ação de imissão de posse.

4.9. Direitos reais sobre coisas alheias. Direito real de superfície. Direito real de aquisição (direito do promitente comprador).

4.10. Direitos reais de garantia. Propriedade fiduciária.

4.11. Condomínio Edifício.

4.12. Direitos de vizinhança.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 21. ed. Atual. Luis Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. V. Direito das Coisas. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. Tomos X a XXI. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Direito civil: direito das coisas**. Vol. 3. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Cardozo. **Hermenêutica e tutela da posse e da propriedade**. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais**. Atual. Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUES, Silvio. **Direito das coisas**. Vol. 5. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2009.

8. Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. **Da função social da posse e suas consequências frente à situação proprietária**. Rio de Janeiro: Lumen-Juris, 2002.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Civil: Reais**. 5 ed., rev. e ampl. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. **O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

COSTA, Judith Martins. **A reconstrução do direito privado**. São Paulo: RT, 2002.

DANTAS, San Thiago. **Programa de Direito Civil**. Vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DUGUIT, León. **Las Transformaciones del Derecho Público y Privado**. Trad. Adolfo Posada. 1ª Reimp. da 1ª Ed. Granada: Comares, 2007.

FACHIN, Luiz Edson. **Comentários ao Código Civil**. Vol. 15. Parte Especial do Direito das Coisas. Coord.: Antônio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2003.

ESPÍNOLA, Eduardo. **Posse, propriedade, compropriedade ou condomínio, direitos autorais**. Atual.: Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Bookseller, 2002.

FRADERA, Vera Maria Jacob de. **O direito privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988: interpretação e crítica**. 2. ed. São Paulo: RT, 1991.

LOPES, João Batista. **Condomínio**. 10 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: RT, 1998.

MARTINEZ, Fernando Rey. **La propiedad privada en la Constitución Española**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994.

NAGEL, Thomas *et alii*. **O Mito da propriedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Cardozo. Direito social fundamental à moradia, obrigações *Propter Rem* e os encargos de despesas de condomínio. **Revista Paraná Judiciário**, n.º 55, Curitiba: Tribunal de Justiça do Paraná, p. 82-97, 2006.

- PERLINGIERI, Pietro. **Il diritto civile nella legalità Costituzionale**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1991.
- PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Trad.: Maria Cristina de Cicco. São Paulo: Renovar, 2008.
- PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RIBEIRO, Benedito Silvério. **Tratado de usucapião**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- _____. **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do Direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- TEPEDINO, Gustavo. **Comentários do Código Civil**. Vol. 14. Direito das Coisas (arts. 1.196 a 1.276). Coord. Antônio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. Premissas metodológicas para a constitucionalização do Direito Civil. **Revista de Direito do Estado**. Ano 1. n. 2. abr./jun.2006.
- VIANA, Marco Aurélio S. **Manual do Condomínio Edifício**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

6. Direito Civil – Obrigações

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura
PLANO DA DISCIPLINA.
Disciplina: Direito Civil - Obrigações
Ano: 2016
Carga Horária Total: 24 horas-aula
Modalidade: presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

2.1. Gerais: desenvolver os temas jurídicos relativos aos contratos, à responsabilidade civil e outras modalidades obrigacionais, com abordagem e estudo do Código Civil e normas esparsas, sempre com a visão do direito contemporâneo.

2.2. Específicos: abordar a legislação, doutrina e jurisprudência, como meio para conhecer a complexidade da matéria. Apresentar os conteúdos jurídicos e promover a investigação dos diversos aspectos de um problema e os resultados alcançados, tudo para que haja desenvolvimento do raciocínio lógico e do senso crítico do aluno.

Ao final, os alunos deverão ter condições de conceituar, identificar a ocorrência, caracterizar, estabelecer causas e consequências da responsabilidade civil, dos contratos e outros vínculos obrigacionais, bem como emitir opinião jurídico-crítica quanto a esse sistema jurídico.

3. Ementa

1. Teoria Geral das Obrigações: princípios; pagamento direto e indireto; inexecução. 2. Contratos: princípios; formação; extinção; modalidades contratuais. 3. Responsabilidade Civil: Fundamentos; teorias; espécies.

4. Conteúdo Programático

Parte 1: Parte Geral e Contratos

4.1. Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: contornos atuais. Inexecução das obrigações: mora, cláusula penal e arras.

4.2. Contratos: Princípios contratuais: autonomia privada. Obrigatoriedade. Boa-fé. Dirigismo contratual. Justiça contratual. Função social do contrato. Resilição.

Parte 2: Responsabilidade Civil

4.3. Responsabilidade Civil: O abuso de direito (art. 187CC). A Responsabilidade Civil do Magistrado e do Advogado. Fundamentos Jurídicos do processo indenizatório. Da Indenização: das perdas e danos.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Estudo de casos e questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

OBRIGAÇÕES

GOMES, Orlando. **Obrigações**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MONTEIRO, W.B. Curso de Direito Civil: direito das obrigações. V4. São Paulo: Saraiva

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Teoria Geral das Obrigações**. São Paulo: Saraiva.

CONTRATOS

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Contratos**. São Paulo: Saraiva,

NORONHA, F. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais**. São Paulo: Saraiva

RESPONSABILIDADE CIVIL

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

8. Bibliografia Complementar

AMARANTE, Aparecida. **Responsabilidade civil por dano à honra**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996;

BESSONE, Darcy. **Do contrato: teoria geral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BITTAR, Carlos Alberto. **Contornos atuais da teoria dos contratos**. São Paulo: RT, 1993.

BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil por danos ao consumidor**. São Paulo : Saraiva, 1992.

KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade civil do médico**. 3. ed. São Paulo: RT, 1998.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas**. São Paulo: Saraiva, 1991.

LOPEZ, Tereza Ancona. **O dano estético**. 2. ed. São Paulo: RT, 1999;

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: RT, 1998.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 1999.

MENEZES CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha e. **Da boa fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 1997.

NALIN, Paulo. **Do contrato**: conceito pós-moderno, em busca de sua formulação na perspectiva civil constitucional. Curitiba: Juruá, 2001.

RAMOS, Carmem Lucia Silveira. **A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras**. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

REIS, Clayton. **Os novos rumos da indenização do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002;

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 1988.

TEPEDINO, Gustavo. **Problemas de direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O contrato e seus princípios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2001.

7. Direito Civil – Família - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Direito Civil - Família**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **16 horas-aula**

Período para realização: **cinco semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. Gerais

- Propiciar ao aluno elementos para a construção de uma reflexão crítica sobre os fundamentos do Direito de Família brasileiro contemporâneo.

2.2. Específicos

2.2.1. Compreender a crise do paradigma clássico do Direito Civil à luz das transformações do Estado e das relações sociais e econômicas.

2.2.2. Fazer uma leitura crítica da dogmática clássica.

2.2.3. Compreender as mudanças operadas no âmbito da família e do Direito de Família no Brasil, desde o começo de século XX até os dias atuais.

2.2.4 Conhecer as tendências atuais em matéria de Direito de Família.

2.2.5. Aplicar os conhecimentos à realidade prática, bem como, analisar e interpretar esta realidade a partir dos conhecimentos adquiridos.

2.2.6) Compreender as mudanças trazidas pelo Código Civil de 2002.

3. Ementa

Elementos Críticos de Direito de Família. Família Constitucionalizada. Casamento. Dissolução do Casamento. União Estável e outras formas de União. Parentesco. Filiação. Poder Familiar. Alimentos. Tutela e Curatela. Direito Patrimonial na Sociedade Familiar.

4. Conteúdo Programático

4.1. A atual conformação da família: evolução histórica. Modelos plurais. Princípios.

4.2. Relações jurídicas do direito de família: entre cônjuges. Entre companheiros. Entre pais e filhos. Entre parentes. Tutela e curatela.

4.3. Dissolução da Sociedade Conjugal. Separação Judicial. Divórcio. União estável.

4.4. Alimentos. Conceitos especiais. Execução.

4.5. Do Direito Patrimonial na sociedade familiar.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

CAHALI, Yussef Said. **Divórcio e separação**. São Paulo: RT, 2007.

COMEL, Denise Damo. **Do poder familiar**. São Paulo: RT, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: RT, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009. v.5.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GOMES, Orlando. **Direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: Direito de família**. v.6. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Sinopses jurídicas: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira. **Direito de família**: direito matrimonial. Porto Alegre: A. Fabris, 1990.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: direito de família. v.6. São Paulo: Saraiva, 2004.

8. Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria Christina de Almeida. **Investigação de paternidade e DNA**: aspectos polêmicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **DNA e estado de filiação à luz da dignidade humana**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

AZEVEDO, Álvaro Viliça. **Do concubinato ao casamento de fato**. Belém: CEJUP, 1986.

BARRETO, Vicente (Org.). **A nova família**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BEVILAQUA, Clóvis. **Direito de família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

_____. (Org.). **O direito de família e a constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

BORCHI, Hélio. A situação dos filhos havidos fora do casamento e a nova constituição. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 643, p. 239-241, maio 1989.

CAHALI, Francisco José. **Contrato de convivência na união estável**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.

CARBONERA, Silvana Maria. **Guarda de filhos na família constitucionalizada**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2000.

CHAVES, Antônio. **Lições de direito civil**: direito de família. São Paulo: RT, 1974.

COSTA, Judith Martins; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo código civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

COELHO, Rômulo. **Direito de família**. São Paulo: LEUD, 1990.

COELHO, Vicente de Faria. **Nulidade e anulação do casamento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.

CONTIJO, Segismundo. **Direito a alimentos e à sucessão entre companheiros**. In: ADV-COAD Seleções Jurídicas, 1995, p.23-27.

COSTA FILHO, Antônio José da. Investigação de paternidade e a posse do estado de casado. **Revista Forense**, v. 82, n. 295, p. 491-493, jul./set. 1986.

CUNHAS, Roberto Salles. **Os novos direitos da mulher**. São Paulo: Atlas, 1989.

DANTAS, San Tiago. **Direito de família e das sucessões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade**: o que diz a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. **União homossexual**: o preconceito, a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord). **Direito de família e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

ESPINOLA, Eduardo. **A família no direito civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: A. Fabris, 1992.

_____. Impugnação da paternidade: crise e superação do sistema clássico. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 30, n. 117, p. 363-370, jan./mar. 1993.

FACHIN, Luiz Edson. **Da paternidade**: relação biológica e afetiva. Belo horizonte: Del Rey, 1996.

FACHIN, Luiz Edson (Org.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

_____. (Coord.). **Averiguação e investigação da paternidade**: comentários à Lei n. 8560/92. Curitiba: Genesis, 1995.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. **Em busca da família do novo milênio**: uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do direito de família contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Nova filiação**: o biodireito e as relações parentais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito de família brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A família no direito penal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenskian, 1975.

GOMES, Orlando. **O novo direito de família**. Porto Alegre: A. Fabris, 1984.

GOZZO, Débora. **Pacto antenupcial**. São Paulo: Saraiva, 1992.

KAUSS, Omar Gama Bem. **A adoção**: no código civil e no estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8089/90). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1991.

LEITE, Eduardo de Oliveira. O direito (não sagrado) de visita. In: Repertório de jurisprudência e Doutrina sobre Direito de Família. **Aspectos constitucionais e processuais**. São Paulo: RT, 1996, p. 66-93.

_____. **Tratado de direito de família**. Curitiba: Juruá, 1991. v.1.

_____. **Famílias monoparentais**: a situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos da ruptura da vida conjugal. 2. ed. São Paulo: RT, 2003.

_____. **Procriações artificiais e o direito**. São Paulo: RT, 1995.

_____. **Temas de direito de família**. São Paulo: RT, 1994.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**: aspectos polêmicos. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. **Disregard e sua efetivação no juízo de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. **Novas perspectivas no direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MEIRELLES, Jussara. **Gestão por outrem e determinação da maternidade**. Curitiba: Gênese, 1998.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal. **Vida humana embrionária e sua proteção jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Direito de família**. Rio de Janeiro: J. Konfino Editor, 1939. v. 1 e 2.

- _____. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. v. 7, 8 e 9.
- MOURA, Mário Aguiar. A situação do filho adulterino e a nova Constituição. In: **Repertório IOB de Jurisprudência**, n. 3, fev. 1989.
- NADER, Natal. O direito de família na Constituição Federal de 1988. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, 18 (1,2), p. 29-38, 1989.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- OLIVEIRA, Guilherme. Sobre a verdade e a ficção no direito de família. **Boletim da Faculdade de Direito**. Coimbra, p. 272-283, 1975.
- OLIVEIRA, José Sebastião de Oliveira. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: RT, 2002.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Direito de família contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DE FAMÍLIA. Porto Alegre: Síntese.
- RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- SILVA, Marcos Alves da. **Do pátrio poder à autoridade parental**: repensando fundamentos jurídicos da relação entre pais e filhos. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Direito de família e do menor**: inovações e tendências. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- WELTER, Belmiro Pedro. **Separação e divórcio**. Porto Alegre: Síntese, 2000.
- _____. **Investigação der paternidade** (Tomos I e II). Porto Alegre: Síntese, 1999.
- _____. **Igualdade entre as filiações biológicas e socioafetiva**. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- _____. **Alimentos na união estável**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- _____. **Alimentos no código civil**. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- _____. **Coisa julgada na investigação de paternidade**. Porto Alegre: Síntese, 2002.
- _____. **Direito de família**: questões controvertidas. Porto Alegre: Síntese, 2000.
- _____. **Estatuto da união estável**. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea**: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 2001.

8. Direito Civil – Sucessões

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura
PLANO DA DISCIPLINA.
Disciplina: Direito Civil – Sucessões
Ano: 2016
Carga Horária Total: 12 horas-aula
Modalidade: presencial

2. Objetivos

2.1. Gerais: dominar tecnologias e métodos para compreensão e aplicação do Direito.

Utilizar o raciocínio crítico, argumentação, persuasão e reflexão crítica, e sua contraposição com as discussões postas na atualidade.

Assimilar e compreender a relação das normas e a sociedade contemporânea.

Aplicar o conhecimento teórico jurídico contemporâneo.

2.2. Específicos: ler, compreender e elaborar textos básicos de Direito das sucessões.

Interpretar e aplicar o Direito das sucessões em suas noções básicas.

Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes, aplicando as referidas fontes ao pensamento contemporâneo acerca da matéria.

Utilizar corretamente a terminologia técnico-jurídica relacionada aos fundamentos do Direito das Sucessões.

3. Ementa

Introdução do Direito das Sucessões. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha.

4. Conteúdo Programático

4.1 Sucessão em Geral: Princípios Gerais. Transmissão da Herança. Capacidade para Suceder. Exclusão de Herdeiro. Cessão de Direitos Hereditários. Herança Jacente e Vacante. Petição de Herança.

4.2 Sucessão Legítima: ordem da vocação hereditária. Formas de transmissão. Direito de Representação. Sucessão do Descendente; Ascendente; Cônjuge; Colateral. Sucessão do Companheiro.

4.3 Sucessão Testamentária. Noções Gerais.

4.4 Inventário e Partilha.

5. Metodologia e Recursos

Recursos e materiais necessários. Aulas expositivas dialogadas. Discussão coletiva crítica reflexiva sobre os temas propostos. Pesquisa bibliográfica e na rede informatizada. Estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. **Código Civil comentado:** direito das sucessões, sucessão em geral, sucessão legítima. Coordenação de Álvaro Villaça Azevedo. São Paulo: Atlas, 2003. v.18.

CARVALHO NETO, Inácio de. **Direito sucessório do cônjuge e do companheiro.** São Paulo: Método, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões.** São Paulo: RT, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2009. v.6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Direito de família. v.6.; v.7 São

Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Sinopses jurídicas:** direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Comentários ao código civil:** do direito das sucessões, da sucessão em geral, da sucessão legítima. Coordenação de Antônio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 20.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito civil aplicado:** direito das sucessões. São Paulo: RT, 2004.

OLIVEIRA, Euclides de. **Direito de herança:** a nova ordem da sucessão. 1. ed. São Paulo. Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil.** São Paulo: Saraiva, 2007. v. 7.

8. Bibliografia Complementar

ALMADA, Ney de Mello. **Direito das sucessões.** São Paulo: Brasiliense, v. 1.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito civil:** sucessões. Coimbra: Coimbra.

ARAÚJO, Ricardo Augusto de O. Xavier. **O direito das sucessões no novo código civil.** Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso em: 12 mar. 2004.

ARMANDO, J. Netto. Usufruto do cônjuge viúvo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: RT, v. 435, jan. 1972.

BARBERO, Domenico. **Sistema del derecho privado: sucesiones por causa de muerte.** Tradução de Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: EJE, v. 5.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil:** direito das sucessões. Rio de Janeiro: Rio.

_____. **Direito das sucessões.** Rio de Janeiro: Rio.

BRUTAU, José Puig. **Fundamentos de derecho civil.** 3. ed. Barcelona: Bosch, t. 5, v. 3.

CAHALI, Francisco José. **Família e sucessões no código civil de 2002.** São Paulo: RT.

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Curso avançado de direito civil:** direito das sucessões. São Paulo: RT, v. 6.

CAMPOS, Diogo Leite de. **Lições de direito da família e das sucessões.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey.

CAPELO DE SOUSA, Rabindranath. **Lições de direito das sucessões.** Coimbra: Coimbra, v. 1.

CARVALHO NETO, Inacio de; FUGIE, Érika Harumi. **Novo código civil comparado e comentado:** direito das sucessões. Curitiba: Juruá, v. 7.

CORRÊA, Estêvão Lourenço. O novo Código Civil e o direito sucessório do(a) companheiro(a). **O Estado do Paraná.** Caderno Direito e Justiça. Curitiba, 12 dez. 2004.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona. **Direito da família e das sucessões:** sucessões. Lisboa: Lex, v. 2.

DANELUZZI, Maria Helena Marques Braceiro. **Aspectos polêmicos na sucessão do cônjuge sobrevivente.** São Paulo: Letras Jurídicas.

DANTAS JÚNIOR, Aldemiro Rezende. Sucessão no casamento e na união estável. In: FARIAS, Cristiano Chaves (Coord.). **Temas atuais de direito e processo de família.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1.

DIAS, Maria Berenice. Ponto-e-vírgula. **O Estado do Paraná.** Caderno Direito e Justiça. Curitiba, 27 abr. 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, v. 6.

- _____. **Código civil anotado**. São Paulo: Saraiva.
- ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLFF, Martín. *Tratado de derecho civil: derecho de sucesiones*. Tradução de Ramón Maria Roca Sastre. Barcelona: Bosch, t. 5, v. 1.
- FERREIRA, Pinto. **Inventário, partilha e ações de herança**. São Paulo: Saraiva.
- FIÚZA, Ricardo. **Novo código civil comentado**. São Paulo: Saraiva.
- GAMA, Affonso Dionysio. **Regimes matrimoniais e sucessões legítimas**. São Paulo: Saraiva.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil: sucessões**. São Paulo: Atlas.
- GOMES, Orlando. **Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense.
- GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de direito civil**. São Paulo: Max Limonad, v. 10, t. 2.
- GONTIJO, Segismundo; GONTIJO, Juliana. **Sucessão: regras gerais do novo código civil**. Disponível em: <<http://www.gontijo-familia.adv.br>>. Acesso em: 04 jun. 2003.
- GRIMALDI, Michel. *Droit civil: successions*. Paris: Librairie de la Cour de Cassation, [s.d.].
- GUIMARÃES, Luís Paulo Cotrim. Direito sucessório do convivente e o enriquecimento sem causa do poder público. **Consulex**. Brasília, 31 jul. 2003.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Apontamentos renovados acerca da sucessão legítima, no Brasil. In: **Direito civil: estudos**. Belo Horizonte: Del Rey.
- _____. Concorrência do companheiro e do cônjuge na sucessão dos descendentes. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Coord.). **Novo código civil: questões controvertidas**. São Paulo: Método.
- _____. Concorrência do companheiro e do cônjuge na sucessão dos descendentes. In: FARIAS, Cristiano Chaves de (Coord.). **Temas atuais de direito e processo de família**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1.
- _____. Equalização "cônjuge e companheiro" no direito sucessório. **Boletim IBDFAM**. Belo Horizonte: IBDFAM, v. 22, set./out. 2003.
- _____. Da ordem de vocação hereditária nos direitos brasileiro e italiano. (Texto inédito, cedido pela autora).
- LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula. **Sucessões**. Rio de Janeiro: RT.
- LASALA, José Luis Pérez. *Curso de derecho sucesorio*. Buenos Aires: Depalma.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Comentários ao novo código civil: do direito das sucessões**. Coordenação de Sálvio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, v. 21.
- _____. A nova ordem de vocação hereditária e a sucessão dos cônjuges. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Coord.). **Novo código civil: questões controvertidas**. São Paulo: Método.
- MADALENO, Rolf. O novo direito sucessório brasileiro. **Revista Jurídica**. Porto Alegre: Notadez, v. 291, jan. 2002.
- MALUF, Carlos Alberto Dabus. Sucessão do cônjuge sobrevivente casado. **Tribuna do Direito**. São Paulo. out. 2004.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direito sucessório no novo código civil: problemática dos cônjuges, conviventes e concubinos. In: PASCHOAL, Frederico A.; SIMÃO, José Fernando. (Org.) **Contribuições ao estudo do novo direito civil**. Campinas: Millennium.
- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, v. 6.
- NICOLAU, Gustavo. **Sucessão legítima no novo código civil**. Disponível em: <<http://www.intelligentiajuridica.com.br>>. Acesso em: 01 dez. 2004.
- OLIVEIRA, Arthur Vasco Itabaiana de. **Tratado de direito das sucessões**. Rio de Janeiro:

Freitas Bastos.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **Ordem da vocação hereditária na sucessão legítima: análise crítica e proposta de mudanças**. 2004. Tese apresentada ao doutorado em direito civil. São Paulo: USP, 2004.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. **Alimentos e sucessão no casamento e na união estável**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

OLIVEIRA, Wilson de. **Inventários e partilhas**. Rio de Janeiro: Borsoi.

_____. **Sucessões**. Belo Horizonte: Del Rey.

PACHECO, José da Silva. **Inventários e partilhas**. Rio de Janeiro: Forense.

PASCHOAL, Frederico A. O direito real de habitação e o excesso inconstitucional em relação à união estável. In: PASCHOAL, Frederico A.; SIMÃO, José Fernando (Org.) **Contribuições ao estudo do novo direito civil**. Campinas: Millennium.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito das sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, v. 6.

PINTO, Antonio Joaquim de Gouvêa. **Tratado dos testamentos e sucessões**. Rio de Janeiro: Garnier.

PLANIOL, Marcelo; RIPERT, Jorge. *Traité pratique de droit civil français: successions*. Paris: LGDJ, t. 4.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. São Paulo: RT, v. 55.

REALE, Miguel. O cônjuge no novo Código Civil. **O Estado de S. Paulo**, 12 abr. 2003.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, v. 7.

SANTOS, Luiz Felipe Brasil. Pontuações. **O Estado do Paraná**. Caderno Direito e Justiça. Curitiba, 11 maio 2003.

_____. **A sucessão dos companheiros no novo código civil**. Disponível em: <<http://www.gontijo-familia.adv.br>>. Acesso em: 04 jun. 2003.

_____. **A sucessão dos cônjuges no novo código civil**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.com.br>>. Acesso em: 10 mar.2004.

SANTONJA, Vicente L. Simó. **Derecho sucesorio comparado**. Madrid: Tecnos.

SCHLÖSSER, Gustavo M.; COLLYER, Wesley S. Proporcionalidade na sucessão entre companheiros. Disponível em: <<http://www.incijur.com.br/informativos>>. Acesso em: 18 jan. 2005.

TELLES, Inocêncio Galvão. **Direito das sucessões: noções fundamentais**. Coimbra: Coimbra.

TRABUCCHI, Alberto. *Istituzioni di Diritto Civile*. Padova: Cedam.

VELOSO, Zeno. Direito sucessório dos companheiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 3., 2002, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IBDFAM, 2002.

_____. Do direito sucessório dos companheiros. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (Coord.). **Direito de família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

_____. Sucessão do cônjuge no novo Código Civil. In: FARIAS, Cristiano Chaves de (Coord.) **Temas atuais de direito e processo de família**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, v. 1.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito das sucessões**. São Paulo: Atlas, v. 6.

_____. Os direitos sucessórios na união estável. **Jornal Valor Econômico**. Seção Legislação & Tributos, 19 a 21 abr. 2002.

WALD, Arnoldo. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva.

9. Direito Empresarial

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Empresarial

Ano: 2016

Carga Horária Total: 16 horas-aula

Modalidade: presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

Analisar sistematicamente o direito empresarial brasileiro. Desenvolver a análise crítica a respeito das normas instrumentais do direito empresarial. Criar soluções para as hipóteses de conflito entre as normas e os fundamentos econômicos do direito empresarial. Vislumbrar os reflexos socioeconômicos das regras de direito empresarial. Compreender a função do direito empresarial como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico do país.

3. Ementa

Teoria Geral do Direito Empresarial. Direito Societário. Títulos de Crédito. Recuperação e Falência.

4. Conteúdo Programático

Parte I: Parte Geral

4.1. Teoria Geral do Direito Empresarial: a) Empresário Individual; Empresa Individual de Responsabilidade Limitada; b) Sociedades Empresárias: características, espécies, personalidade jurídica e desconsideração da personalidade jurídica; c) Estabelecimento Empresarial. d) Nome. Título de Estabelecimento. Marca; e) Teoria Geral dos contratos empresariais.

4.2 Direito Societário: a) Generalidades; b) Sociedade Limitada; c) Sociedade anônima; d) Dissolução e Liquidação das Sociedades.

4.3. Títulos de Crédito: a) Conceito; b) Características; c) Espécies: letra de câmbio, nota promissória; cheque; duplicata mercantil; duplicata de prestação de serviços; d) Cédulas: conceito; espécies; garantias; e) Emissão; f) Circulação; g) Aval; h) Protesto.

Parte II: Recuperação de Empresas

4.4. Recuperação e Falência: a) recuperação judicial; b) recuperação extrajudicial; c) recuperação especial para ME e EPP; e, d) falência.

5. Metodologia e Recursos

As aulas serão expositivas, com constante provocação à participação dos alunos. Também será realizada a análise de casos práticos e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou

dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do novo código civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa, **Curso de Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial**. São Paulo: RT.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito da empresa**. São Paulo: RT, 2008.

Bibliografia Complementar

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Márcia Carla. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: RT, 2009.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. **Sociedades anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DANTAS, Fracisco Wildo Lacerda. **Manual jurídico da empresa**. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

GONÇALVES NETO: Alfredo de Assis. **Lições de direito societário**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

MARTINS, Fran. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

REQUIÃO, Rubens. **Direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOKARS, Fábio. **Estabelecimento empresarial**. São Paulo: LTr, 2006.

TOKARS, Fábio. **Primeiros Estudos de Direito Empresarial**. São Paulo: LTr, 2007.

TOKARS, Fábio. **Sociedades limitadas**. São Paulo: LTr, 2007.

TOMAZETTE, Marlon. **Direito societário**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

10. Direito Processual Civil – I

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Processual Civil - I

Ano: 2016

Carga Horária Total: 30 horas-aula

Modalidade: presencial

Revisado em dez/2015

2. Objetivos

2.1. Gerais: Compreender as noções fundamentais do direito processual civil à luz da Constituição Federal, utilizando raciocínio crítico sobre as tradicionais concepções ensinadas no curso de graduação e refletindo criticamente sobre a necessidade de adaptá-las ao direito processual civil contemporâneo.

2.2. Específicos:

Analisar as normas fundamentais e a aplicação das normas processuais, segundo o perfil do Novo CPC. Compreender os conceitos inerentes à categoria jurídica da jurisdição, bem como o perfil da competência no direito processual civil.

Examinar os institutos jurídicos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros sob o enfoque da novel legislação processual civil.

Analisar o regime jurídico do Processo de Conhecimento pelo procedimento comum, desde a petição inicial até as questões ligadas ao direito probatório.

3. Ementa

Normas fundamentais. Aplicabilidade das normas processuais. Jurisdição. Competência. Intervenção de terceiros. Direito processual civil: petição inicial; citação; resposta do réu; ordenamento do processo; prova. Atos do Juiz. Recursos e Ação Rescisória.

4. Conteúdo Programático

Parte 1 - Noções introdutórias: 14h/a

4.1 Normas Fundamentais: sua função no sistema; aspectos gerais.

4.2 Aplicabilidade: regras gerais; princípios hermenêuticos.

4.3 Jurisdição: limites da jurisdição nacional; jurisdição voluntária; unidade da jurisdição.

4.4 Competência: conceito; espécies; critérios de eleição; conflito de competência; modificação da competência.

4.5 Litisconsórcio e intervenção de terceiros: conceito e espécies de litisconsórcio; assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, incidente de descon sideração da personalidade jurídica e *amicus curiae*.

Parte 2 – Procedimento comum - 16h/a

4.6. Procedimento comum:

4.6.1 Petição inicial: conceito; efeitos; requisitos. Pedido. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido.

4.6.2 Tutelas Provisórias: tutela da urgência e tutela da evidência.

4.6.3. Audiência de conciliação ou de mediação: noções gerais.

4.6.4 Resposta do réu: noções gerais; espécies de resposta; contestação; reconvenção; revelia.

4.6.5. Ordenamento do processo: providências preliminares; saneamento; julgamento conforme o estado do processo.

4.6.6. Provas: noções gerais.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Jus Podium, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. Volume 1: Teoria do processo civil. São Paulo: RT, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. Volume 2: Tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: RT, 2015.

8. Bibliografia Complementar

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. vol. único. São Paulo: Saraiva, 2015.

CÂMARA, Alexandre. O novo processo civil brasileiro. vol. único. São Paulo: Saraiva, 2015.

FAGUNDES CUNHA, José Sebastião (coord.). **Código de Processo Civil comentado**. RT

MEDINA, José Miguel Garcia. **Direito processual civil moderno**. RT.

MITIDIERO, Daniel, MARINONI, Luiz Guilherme, Arenhart. Sergio Cruz. **Novo Código de Processo Civil comentado: Artigo por artigo**. RT.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. Volume 1: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 15ª ed. São Paulo: RT, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, WAMBIER, Luiz Rodrigues (coord.). **Código de Processo Civil comparado artigo por artigo**. RT.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva, MEDEIROS, Maria Lúcia Lins Conceição de, MELLO, Rogerio Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao Novo Código de Processo Civil**. RT.

11. Direito Processual Civil – II

Escola da Magistratura do Paraná

Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Processual Civil - II

Ano: 2016

Carga Horária Total: 18 horas-aula

Modalidade: presencial

Revisado Dez/2015

2. Objetivos

2.1. Gerais: Apreender as noções fundamentais da tutela executiva, provisória e ações constitucionais, a partir do papel do magistrado desempenhado no Estado Constitucional de Direito da apresentação dos aspectos tradicionais e das reformas legais implementadas, refletindo criticamente sobre os reflexos práticos dos conceitos apresentados.

2.2. Específicos: Estudar o sistema processual à luz da influência constitucional sobre a efetividade e celeridade do processo, abordando as modernas concepções doutrinárias e jurisprudenciais, refletindo criticamente quanto ao real papel do processualista e do próprio direito processual civil.

3. Ementa

Sentenças e Recursos. Liquidação de sentença. Tutela executiva: teoria geral, cumprimento de sentença, execuções específicas e formas de defesa do executado. Tutela provisória: urgência e evidência. Princípios, teoria geral e procedimento. Ações constitucionais: noções gerais, planos: individual e coletivo.

4. Conteúdo Programático

Parte I: Sentenças e Recursos – 6h/a

4.1 Sentença.

4.2 Recurso: teoria geral e espécies.

Parte II: Execução - 12 h/a

4.3 Liquidação de sentença. Noções gerais. Liquidação por arbitramento e por procedimento comum. Cálculo do contador judicial.

4.4 Tutela executiva. Teoria geral. Princípios que norteiam a execução. Título executivo. Cognição, contraditório, mérito e coisa julgada na execução. Sincretismo processual. Legitimidade. Competência para processamento da execução. Responsabilidade patrimonial.

4.5 Cumprimento de sentença provisório e definitivo. Conceitos e diferenças. Regime Jurídico. Multa. Atitudes do devedor: pagamento, pagamento parcial e inércia. Arquivamento. Procedimento (soma em dinheiro, alimentos, Fazenda Pública, fazer, não fazer e entrega de coisa).

4.6 Execução de título extrajudicial. Noção geral. Execução para entrega de coisa. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (insolvência civil). Execução fiscal. Penhora. Avaliação. Meios de expropriação: adjudicação, alienação e rendimento de frutos.

4.7 Defesas do devedor. Objeção de pré-executividade. Embargos. Impugnação. Defesa heterotópica.

4.8 Tutela provisória. Urgência e evidência. Antecipação e cautelar. Antecedente e Incidente. Procedimento.

4.9 Ações constitucionais: noções gerais, planos: individual e coletivo.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos, estimulando pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. São Paulo: RT, 2016.

ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense. 2015.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Jus Podium, 2015.

8. Bibliografia Complementar

CUNHA, Jose Sebastião Fagundes (coord.). Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et. al. Breves comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT, 2015.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.

FUX, Luiz. Novo código de processo civil temático. São Paulo: Mackenzie, 2015.

LIVRAMENTO, Geraldo A. Execução no novo CPC. São Paulo: JHmizuno, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 15. ed. São Paulo: RT, 2015. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio; MITIDIEIRO, Daniel. Novo curso de processo civil. v.3. São Paulo: RT, 2015.

DIDIER JUNIOR, Fredie (coord). Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada - v.5 – Execução. – Juspodivm.

12. Direito Penal-I

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Penal-I

Ano: 2016

Carga Horária Total: 28 horas-aula

Modalidade: presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

2.1. Gerais:

Estimular os discentes à compreensão razoavelmente crítica da correlação entre dogmática, criminologia e política criminal, ademais de fixar os fundamentos da teoria da norma penal, da teoria do delito e da teoria da pena, emprestando uma panorâmica atual da condição da Ciência penal e de suas exigências garantistas.

2.2. Específicos:

Fixar os fundamentos da ciência penal, em especial a interrelação entre dogmática, política criminal e criminologia.

- a) Apresentar os fundamentos da teoria da norma.
- b) Apresentar os fundamentos da teoria do delito.
- c) Apresentar os fundamentos da teoria da pena e da execução penal.

3. Ementa

Direito Penal. Escolas e evolução do Direito Penal. Funções do Direito Penal. Bem jurídico penal. Princípios fundamentais do Direito Penal. Norma e Lei Penal. Norma e Lei Penal no tempo e no espaço. Conflito aparente de normas. Conceito de delito. Ação e omissão. Delito como ação típica. Delito como ação ilícita. Ilicitude e causas de justificação. Delito como ação culpável. Teorias do erro. Concurso de pessoas. Etapas da realização do delito. Consequências jurídicas do delito. Teoria e aplicação da pena. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direito. Pena de multa. Determinação das penas. Substitutos à privação de liberdade e medidas de segurança. Efeito da condenação e reabilitação. Concurso de crimes. Medidas de segurança. Punibilidade. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Causas de extinção da punibilidade. Prescrição penal.

4. Conteúdo Programático

Parte 1: Princípios Penais e Teoria da Norma

4.1. Crítica à missão do Direito Penal. Funções e missões do Direito Penal. Proteção seletiva de bens jurídicos e proteção à norma. Escolas e evolução do Direito Penal. Finalismo. Funcionalismos (Roxin) e Direito Penal do Inimigo (Jakobs).

4.2. Princípios fundamentais do Direito Penal. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e da Humanidade. Princípio de legalidade. Princípio de culpabilidade/não culpa. Princípio de intervenção mínima. Princípio da Fragmentariedade. Princípio da Insignificância. Princípio da Exclusiva Proteção dos Bens Jurídicos. Princípio da Pessoaalidade e Individualização da Pena. Princípio da Adequação Social.

4.3. Fontes do Direito Penal. Normas penais. Norma penal em branco. Norma e lei Penal. Lei penal no tempo. Lugar do crime.

Parte 2: Teoria do Delito

4.4. Teoria do delito. Conceito do delito. Classificação. Ação e omissão. Nexos de Causalidade. Imputação objetiva. Delito como ação típica. Erro de Tipo e Resultado Diverso do Pretendido. Dolo Eventual e Culpa Consciente.

4.5. Antijuridicidade, seus fundamentos e causas de justificação. Limites entre tipicidade e antijuridicidade. Causas legais de justificação: legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal. Causas supralegais de justificação.

4.6. Culpabilidade, seus fundamentos e causas excludentes. Teorias da culpabilidade. Culpabilidade. Imputabilidade. Potencial Consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Erro de Proibição. Embriaguez e *Actio Libera in Causa*.

4.7. Crime consumado. Tentativa. Fundamento. Limites. Idoneidade. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Concurso de agentes. Concurso de pessoas. Teoria do domínio do fato. Autoria e participação em suas variadas formas. Concurso de crimes. Concurso formal, material e crime continuado.

Parte 3: Teoria da Pena

4.8. Teoria e Aplicação da Pena. Sistema Trifásico e Teoria das Circunstâncias. Agravantes, Atenuantes e Resolução de Questões Atinente ao seu Concurso. Causas de Aumento e de Diminuição. Reincidência. Regimes de Aplicação da Pena. Progressão e Regressão de Pena.

4.9. Extinção da punibilidade. Causas extintivas da punibilidade. Modalidades de prescrição.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas com debates e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

BUSATO, Paulo César; HUAPAYA, Sandro Montes. **Introdução ao direito penal: fundamentos para um sistema penal democrático**. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 11. ed. São Paulo : Saraiva, 2009.

GRECCO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetus. 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2009. v.1.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código Penal Interpretado**. 8ª Ed., São Paulo: Atlas, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 9ª Ed., São Paulo: RT, 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. 7. ed. São Paulo: RT, 2007. v.1.

REALE JUNIOR, Miguel. **Instituições de direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v.1.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal – Parte Geral. 6 ed., Editora Juspodivm, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: RT, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 4. ed. São Paulo : RT, 2009.

8. Bibliografia Complementar

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Tradução de José Cretella Júnior e Agner Cretella. São Paulo : RT, 1996.

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Erro de tipo e erro de proibição**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BUSATO, Paulo César. **Direito penal e ação significativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- CASTRO, Renato de Lima. A Tutela Penal das Finanças Públicas. Juruá, 2007.
- JESUS, Damásio Evangelista de. **Prescrição penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- LUIZI, Luiz. **Os princípios constitucionais penais**. 2. ed. Porto Alegre: Fabris, 2003.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da Pena. 5ª Ed., São Paulo: RT, 2013.
- PRADO, Luiz Regis. Bem Jurídico Penal. RT.
- QUEIRÓZ, Paulo de Souza. **Do caráter subsidiário do direito penal**. 2. ed. Belo Horizonte : Del Rey, 2002.
- ROXIN, Claus. **Política criminal e sistema de direito penal**. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- WELZEL, Haus. Novo Sistema de Direito Penal. Trad. Luiz Regis Prado. RT.

13. Direito Penal-II

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Penal-II

Ano: 2016

Carga Horária Total: 26 horas-aula

Modalidade: presencial

2. Objetivos

2.1. Gerais: Reforçar a compreensão dos institutos e estruturas fundamentais da parte geral do direito penal à vista da análise do enquadramento, formal e substancial, dos fatos aos delitos em espécie, utilizando raciocínio crítico na análise da aplicabilidade das diversas concepções existentes e suas conseqüências práticas na realidade brasileira.

2.2. Específicos: Transmitir informações fundamentais sobre o conteúdo proposto, de forma comparativa e interdisciplinar, com o fim de estimular a interpretação crítica da legislação penal e incrementar a habilidade dos alunos no manuseio dos tipos penais estudados, com ênfase na identificação e delimitação do real objeto das controvérsias em cada caso bem como no desenvolvimento do raciocínio jurídico de escolha e aplicação das regras pertinentes, inclusive no tocante à adequada apenação.

3. Ementa

3.1. Aspectos da Parte Especial: Crimes contra a vida (arts. 121 a 128). Lesões Corporais (art. 129). Crimes contra a Honra (arts. 138 a 145). Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a

160 e 168 a 183). Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234-A). Crimes de Falsidade (arts. 297, 298, 299 e 304). Crimes contra a administração Pública (arts. 312 a 359-H).

3.2. Legislação Extravagante: Crimes da Lei de Drogas (Lei 11.343/06). Estatuto de Desarmamento (Lei 10.826/03). Crimes de Tortura (Lei 9.455/97). Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Crimes de Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96). Crimes de trânsito (Lei 9.503/97). Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/65). Crimes de Preconceito (Lei 7.716/89).

4. Conteúdo Programático

4.1. Noções introdutórias: previsão dos crimes em espécie na Parte Especial do Código Penal e em leis esparsas, com diversidade de nomenclaturas e sistematizações.

4.2. Noções gerais dos crimes em espécie. Bem jurídico protegido. Sujeitos do delito. Classificação doutrinária. Momento consumativo e particularidades da forma tentada. Elementos subjetivos especiais. Formas qualificadas, privilegiadas ou majoradas. Concurso real ou aparente com outros crimes. Ação penal. Questões polêmicas na doutrina e na jurisprudência.

4.3. Contextualização das previsões típicas das leis penais extravagantes. Singularidades em relação à Parte Geral do Código Penal e ao Código de Processo Penal. Divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

5. Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, permeadas com a proposição de questões e problemas práticos aos alunos, estimulando a reflexão crítica, a intervenção e o debate em sala e o posterior aprofundamento doutrinário e jurisprudencial. Ênfase na análise dos tipos penais, dentro de uma visão sistemática da matéria, à luz da legislação, da doutrina, da jurisprudência e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal:** parte especial. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3 e 4

BRUNO, Aníbal. **Crimes contra a pessoa.** Rio de Janeiro: Rio.

CAPEZ, FERNANDO. **Legislação penal especial.** São Paulo : Paloma. 2 v.

CARVALHO, Gevan de Almeida. **Modernos movimentos de política criminal e seus reflexos na legislação brasileira.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Direito penal:** parte especial. 5. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal:** parte especial. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

FRANCO Alberto Silva et al. **Código penal e sua interpretação jurisprudencial:** parte especial. São Paulo: RT. v.1 e 2.

_____. **Crimes hediondos:** anotações sistemáticas à lei 8.072/90. São Paulo: RT.

_____. **Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial.** São Paulo: RT.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Sinopses jurídicas**. São Paulo: Saraiva. v. 8, 9 e 10.

JESUS, Damásio E. de. **Código penal anotado**. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Crimes hediondos, tóxicos, terrorismo, tortura**. São Paulo: Saraiva.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **Lei das contravenções penais e leis penais correlatas**. Interlex.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Manual de direito penal: parte especial**. São Paulo: Atlas. v. 2 e 3.

MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Legislação penal especial**. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Leis penais especiais: aspectos penais**. São Paulo: Leud.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. São Paulo: RT

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. São Paulo: RT.

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Direito penal: parte geral estrutura do crime**. São Paulo: LEUD.

PIERANGELI, José Henrique Manoel de. **Direito penal brasileiro: parte especial**. São Paulo: RT.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: RT.

PRADO, Luis Regis. **Direito penal contemporâneo**. São Paulo: RT.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte especial**. São Paulo: RT. v. 2, 3 e 4.

PRADO, Luiz Regis. **Direito penal econômico**. 2. ed. São Paulo: RT.

SCHIMIDT, Andrei Zenkner. **Novos rumos do direito penal contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

SILVA, José Geraldo da. **Leis penais especiais anotadas**. São Paulo : Millenium.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Tutela penal do ambiente: breves considerações atinentes à lei nº 9605, de 12-2-1998**. São Paulo: Saraiva, 2004.

THUMS, Gilberto; PACHECO, Vilmar. **Estatuto do desarmamento**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

8. Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Direito penal curso completo**. São Paulo: Saraiva.

DELMANTO, Celso et al. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas**. São Paulo: RT.

FEU ROSA, Antonio José Miguel. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: RT.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA Romão Cortes de; FRAGOSO, Heleno. **Comentários ao código penal**. Rio de Janeiro: Forense.

JESUS, Damásio E. de. **Lei das contravenções penais anotada**. São Paulo: Saraiva.

_____. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva. v. 2, 3 e 4.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Teoria constitucional do direito penal**. São Paulo: RT.

_____. **Princípios políticos do direito penal**. São Paulo: RT.

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Aspectos polêmicos de processo e direito penal.** Brasília: Universitária de Direito.

REALE JUNIOR, Miguel. **Teoria do delito.** São Paulo: RT.

TAVARES, Juarez. **Teoria do injusto penal.** Belo Horizonte: Del Rey.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal.** São Paulo: Saraiva.

14. Direito Processual Penal

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Processual Penal

Ano: 2016

Carga Horária Total: 22 horas-aula

Modalidade: presencial

Revisado em julho/2013

2. Objetivos

2.1. Gerais: Situar a legislação, doutrina e jurisprudência processual penal no contexto global, através de estudos sobre a influência da globalização nessa área do Direito. Diante desse quadro, torna-se imperiosa a conformação do Código de Processo Penal não só com a Constituição, mas também com os Diplomas Internacionais, principalmente com o Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos e com a Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Nessa tarefa de adequar a legislação ordinária à Constituição, duas questões fundamentais deverão estar em jogo. Antes de tudo, a efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana previsto no artigo 1º, inciso III da CF, em segundo lugar, o combate à impunidade seletiva.

2.2. Específicos: Pretende-se assim, avaliar os mecanismos processuais, estudar as categorias da análise sociológica desenvolvidos pela reflexão judicial; utilizar as categorias desenvolvidas pela reflexão histórica, política com as categorias da análise sociológica pensadas atualmente, sugerindo mecanismos jurídicos para o futuro. Um novo quadro de referência do plano social, jurídico e político. Desenvolver a capacidade analítica e preparar-se para saber enfrentar situações complexas, mediante o estudo coletivo de situações reais ou fictícias. Minimizar o dogmatismo e aumentar a flexibilidade mental mediante o reconhecimento da diversidade de interpretações sobre um mesmo assunto.

3. Ementa

Teoria geral do processo (penal): sistemas de processo penal; princípios processuais penais constitucionais; garantias e regramentos constitucionais aplicáveis ao Processo Penal; aplicação dos institutos processuais penais à luz dos princípios constitucionais.

4. Conteúdo Programático

Parte I

4.1. Sistemas, princípios e leis processuais penais à luz da Constituição Federal.

4.2. Investigação Preliminar. Inquérito policial.

4.3. Ação. Jurisdição. Processo – Atos de chamamento (incluir ação “ex delicto”). Sujeitos processuais. Ação Civil *ex delicto*.

4.4 Questões e Processos Incidentes, prejudicial, exceções e medidas assecuratórias.

4.5 Medidas cautelares e prisões.

Parte II

4.6 Prova.

4.7 Procedimentos: comum e especiais.

4.8 Sentença.

4.9 Nulidades.

4.10 Recursos e ações de impugnação.

4.11 Execução da Pena.

5. Metodologia e Recursos

A metodologia funda-se predominantemente nas concepções geradas pela prática judicial, através da análise de casos concretos. Como procedimento metodológico adotar-se-á além da exposição dialogada, a análise de textos, pesquisa bibliográfica e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. Campinas: Bookseller, 1997.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas. 2006.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza.

8. Bibliografia Complementar

PACHECO, Denílson Feitoza. **Direito processual penal**. Belo Horizonte: Ímpetus.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2003.

ROCHA, Francisco de Assis do Rêgo Monteiro. **Curso de direito processual penal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Curso de processo penal**. São Paulo: Atlas, 1998. 4v.

NORONHA, E. Magalhães. **Curso de direito processual penal**. São Paulo: Saraiva.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O processo criminal brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959, v. 1.

AVENA, Norberto. **Processo Penal Esquematizado**. São Paulo: Método, 2009.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **Princípios fundamentais do processo penal**. São

- Paulo: RT, 1973.
- BATISTI, Leonir. **Curso de Direito Processual Penal**. Curitiba: Juruá, 2009. 4 vol.
- BONFIN, Edílson Mougnot. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. **Direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 1974.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. **Os princípios constitucionais e o código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O processo criminal brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959. v. 1.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **Princípios fundamentais do processo penal**. São Paulo: RT, 1973.
- AMBOS, Kai e CHOUKR, Fauzi Hassan. **A reforma do processo penal no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Método, 2001.
- ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1987
- ASSIS, Araken. **Eficácia civil da sentença penal**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Correlação entre acusação e sentença**. São Paulo: RT, 2000.
- BINDER, Alberto M. **Introdução ao direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
- BRUM, Nilo Bairros de. **Requisitos retóricos da sentença penal**. São Paulo: RT, 1980.
- CÂMARA, Luiz Antônio. **Prisão e liberdade provisória: lineamentos e princípios do processo penal cautelar**. Curitiba: Juruá, 1997.
- CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Conan, 1995.
- CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O devido processo legal e a razoabilidade das leis na nova Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- CHOUKR, Fauzi Hassan. **Garantias constitucionais na investigação criminal**. 2. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2001
- CHOUKR, Fauzi Hassan. **Processo penal à luz da constituição**. São Paulo: EDIPRO, 1999.
- COSTA ANDRADE. **Consenso e oportunidade: o novo código de processo penal**. Coimbra: Coimbra, 1988.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá, 1989.
- DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fortes, 1996.
- DINAMARCO, Candido Rangel. **Instrumentalidade do processo**.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **Presunção de inocência e prisão cautelar**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **As nulidades no processo penal**. 8. ed. São Paulo: RT, 2004.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 27, p. 33-57.
- _____. **Os princípios constitucionais e o código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GUARAGNI, Fábio André. **A revelia e a suspensão do processo penal**. Curitiba: Juruá,

1997.

GUIMARÃES, Rodrigo Régner Chemim. **Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. Curitiba: Juruá, 2002.

JARDIM, Afrânio Silva. **Ação penal pública**: princípio da obrigatoriedade. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LOPES JR. Aury. **Sistemas de investigação preliminar no processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MACHADO, Antônio Alberto. **Prisão cautelar e liberdades fundamentais**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. [s. l.] : CONAN, 1995.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. Campinas: Bookseller, 1997.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Curso de investigação criminal**. Porto Alegre: Juarez de Oliveira, 2002

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MITTERMAIER, C. J. A. **Tratado da prova em matéria criminal**. 3. ed. Campinas: Bookseller, 1996.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

NALINI, José Renato. **O juiz e o acesso à justiça**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Curso completo de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1993.

NUCCI, Guilherme de Souza. **O valor da confissão como meio de prova no processo penal**. 2. ed. São Paulo: RT, 1999.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Regimes constitucionais da liberdade provisória**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007

OLIVEIRA, Roberto da Silva. **Competência criminal da Justiça Federal**. São Paulo: RT, 2001

POLONI, Ismair. **Técnica estrutural da sentença criminal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

PRADO, Geraldo. **Sistema acusatório**: a conformidade constitucional das leis processuais penais. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2001.

RAMOS, João Gualberto Garcez. **A tutela de urgência no processo penal brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira; BAZ, Marco Antonio Garcia. **Fiança criminal e liberdade provisória**. São Paulo: RT, 2000.

SOUZA NETTO, João Laurindo de. **Razão, religião e estruturas de poder**. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Processo penal**: modificações na lei dos juizados especiais criminais. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Processo penal**: sistemas e princípios. Curitiba: Juruá, 2003.

_____. **Sistemas e princípios do processo penal**. Curitiba: Juruá, 2003.

STASIAK, Vladimir. **As condições da ação penal**: perspectivas críticas. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2004

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 5. ed. São Paulo: RT, 2006.

15. Direito das Relações de Consumo - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Direito das Relações de Consumo**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

Analisar os diversos aspectos das relações jurídicas de consumo, verificando o acompanhamento legislativo do tema e o posicionamento jurisprudencial, procurando sempre incitar os alunos à adoção de um comportamento crítico frente às relações de consumo.

3. Ementa

Sistemas de Proteção ao consumidor. A origem constitucional do CDC. Princípios do CDC. Conceitos Básicos do CDC. Direitos Básicos do consumidor. Responsabilidade no CDC. Práticas de mercado segundo CDC; A proteção contratual do consumidor; Soluções de conflitos de consumo (extrajudiciais e judiciais).

4. Conteúdo Programático

4.1 Sistemas de proteção ao consumidor: normas que se relacionam à proteção do consumidor – CDC e outras normas do ordenamento jurídico. O CDC como norma de ordem pública e interesse social.

4.2 Princípios no CDC: Arts. 4º a 7º. Os deveres anexos de conduta, a boa-fé objetiva.

4.3 Direitos básicos do consumidor: a) a proteção pré-contratual; b) proteção contratual; c) proteção pós-contratual.

4.4 Sistemas de responsabilidade civil: a responsabilidade civil objetiva como regra do CDC. As exceções à responsabilidade objetiva.

4.5 Prazos para reclamar: as diversas circunstâncias para sua contagem.

4.6 Práticas de mercado no CDC: a oferta, a publicidade, banco de dados, cobrança de dívidas, práticas abusivas.

4.7 Proteção contratual do consumidor: contrato e contrato de adesão em relações de consumo. Cláusulas abusivas segundo o CDC.

4.8 A tutela administrativa para proteção do consumidor.

4.9 Meios de solução de litígios de consumo: a) Extrajudiciais: Procon, Ministério Público, DPDC, SDE (atuação), Convenção coletiva de consumo. b) Tutelas Jurisdicionais: direitos individuais; individuais homogêneos; coletivos e difusos.

4.10 Novas normas de direito do consumidor aprovadas (e vigentes) em âmbito Estadual (como a Lei nº 17.106/2012 e a Lei nº 17454/2012, ambas do Paraná) e

Federal (Decreto nº 7963/2013), assim como, os projetos **de atualização do CDC** (PLS 281, 282 e 283 de 2012) que tramitam em fase avançada no Senado. Essas novas normas referem a transformação da defesa do consumidor em política de Estado, a definição de produtos essenciais, ao comércio eletrônico, a tutela coletiva e ao superendividamento do consumidor.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2004.

EFING, Antônio Carlos. **Fundamentos do direito das relações de consumo**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

GRINOVER, Adapellegrini *et al.* **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 8ª ed.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**. 5. ed. São Paulo : RT, 2005.

MARQUES, Cláudia Lima et al. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor**: direito material (arts. 1 ao 54). São Paulo : Saraiva, 2000.

_____. **O código de defesa do consumidor e sua interpretação jurisprudencial**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2000.

8. Bibliografia Complementar

ASCENSÃO, José de Oliveira. **O direito**: introdução e teoria geral. Coimbra: Liv. Almedina, 1994.

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. São Paulo: RT, 2008.

CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. Lisboa : Liv. Almedina, 1984. v.1 e 2.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da internet**. São Paulo: Saraiva, 2000.

EFING, Antônio Carlos. **Contratos e procedimentos bancários à luz do código de defesa do consumidor**. São Paulo : RT, 1999.

_____. **A proteção jurídica do consumidor de equipamentos e serviços de informática.** In: Direito do Consumo 2. Curitiba : Juruá, 2001.

_____. **Direito das Relações Contratuais.** Curitiba: Juruá, 2002. v.1

_____. **Direito das Relações Contratuais.** Curitiba: Juruá, 2005. v.2

_____. **Prestação de Serviços:** uma análise jurídica, econômica e social a partir da realidade brasileira – de acordo com a EC 45/2004 (Reforma do Judiciário). São Paulo: RT, 2005.

_____. **Revisão Contratual no CDC e no novo cc.** In: Repensando o direito do consumidor: 15 anos do CDC (1990-2005). Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil, 2005.

FACHIN, Luiz Edson. **As relações jurídicas entre o novo código civil e o código de defesa do consumidor:** elementos para uma teoria crítica do direito do consumidor. In: Repensando o direito do consumidor: 15 anos do CDC (1990-2005). Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil, 2005.

_____. **Teoria crítica do direito civil.** São Paulo: Renovar, 2003.

FERNANDES NETO, Guilherme. **Direito da comunicação social.** São Paulo: RT, 2004.

FERREIRA, Pinto. **Comentários à constituição federal brasileira.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à constituição federal brasileira de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2000.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. **Revisão do contrato:** fundamentos da ordem civil, consumerista, constitucional para revisão e modificação dos contratos. Curitiba: Juruá, 2004.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do Consumidor.** 3. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2007.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor.** São Paulo: RT, 2006.

_____; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Direitos do consumidor endividado:** superendividamento e crédito. São Paulo: RT, 2006.

MIRAGEM, Bruno. **Direito do Consumidor:** fundamentos do direito do consumidor; direito material e processual do consumidor; proteção administrativa do consumidor, direito penal do consumidor. São Paulo: RT, 2008.

MUKAI, Toshio et al. **Comentários ao código de proteção do consumidor.** São Paulo: Saraiva, 1991.

NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Do contrato:** Conceito pós-moderno em busca de sua formulação na perspectiva civil. Curitiba: Juruá, 2001.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria geral do direito civil.** 3. ed. Coimbra : Coimbra, 1992.

REIS, Eduardo Cavalcanti Araújo dos. **Código de defesa do consumidor e contratos de financiamento agrícola.** Curitiba: Juruá, 2006.

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR. São Paulo: RT,

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SCHMITT, Cristiano Heineck. **Cláusulas abusivas nas relações de consumo.** São Paulo: RT, 2006.

TAVARES, Zilda. **Código de defesa do consumidor e a alienação fiduciária imobiliária.** São Paulo: Método, 2005.

TEIZEN JÚNIOR, Augusto Geraldo. **A função social no código civil.** São Paulo: RT, 2004

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil.** 3. ed. São Paulo: Renovar, 2004.

_____. **Problemas de direito civil constitucional**. São Paulo: Renovar, 2000.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. 5. ed. Coimbra : Liv. Almedina, 1992. v.1 e 2.

VILLEY, Michel. **Formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

16. Direito Administrativo

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Administrativo

Ano: 2016

Carga Horária Total: 20 horas-aula

Modalidade: presencial

2. Objetivos

Fornecer ao pós-graduado o aprendizado pontual sobre o Direito Administrativo Brasileiro e suas implicações.

3. Ementa

Regime Jurídico-Administrativo. Estrutura da Administrativa. Poderes Administrativos. Ato Administrativo. Agentes Públicos. Processo Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil do Estado. Domínio Público. Sistemas de Controle da Administração Pública.

4. Conteúdo Programático

4.1. Regime Jurídico-Administrativo: Princípios constitucionais e infraconstitucionais da administração pública; Princípios expressos e implícitos. Relevância da principiologia na solução de problemas de direito administrativo.

4.2. Estrutura Administrativa: Organização e descentralização administrativa. Entes de administração direta e indireta. Reforma administrativa. Desconcentração e descentralização da administração pública. Parcerias público-privadas. Paraestatais.

4.3. Poderes Administrativos: Considerações gerais. Poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

4.4. Ato Administrativo: Conceito. Elementos. Classificação. Vícios do ato administrativo. Nulidades. Convalidação. Formas de extinção; anulação e revogação.

4.5. Agentes Públicos: Disposições constitucionais. Classificação. Aspectos gerais.

4.6. Processo administrativo: Processo e procedimento. Princípios do processo administrativo. Aplicabilidade da lei de processo administrativo. Processo administrativo disciplinar.

4.7. Licitações e Contratos Administrativos: Princípios. Tipos e modalidades de licitação. Fases do procedimento licitatório. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Principais

características do contrato administrativo; formalização, execução, alteração e extinção. Penalidades. Concessões, permissões e parcerias público-privadas.

4.8. Serviços Públicos: Conceito. Elementos. Princípios. Classificação.

4.9. Responsabilidade Civil do Estado: Introdução. Evolução teórica. Elementos. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

4.10. Domínio Público: Conceito. Bens Públicos; principais características, classificação. Intervenção do estado na propriedade e atuação do domínio econômico; conceitos, fundamentação legal; formas.

4.11. Sistemas de Controle da Administração Pública: Evolução histórica dos instrumentos judiciais de controle. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública. Pressupostos e sentido na perspectiva do direito administrativo. O problema do controle abstrato dos atos normativos e das omissões da Administração Pública. Controle legislativo e competência dos Tribunais de Contas. Improbidade Administrativa.

5. Metodologia e Recursos

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e estudo de questões de concursos públicos.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (média conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Parcerias na administração pública:** concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

8. Bibliografia complementar

AGUILLAR, Fernando Heren. **O controle social de serviços públicos**. São Paulo: Max Limonad, 1999.

ALVIN, José Manoel de Arruda. **Código do consumidor comentado**. São Paulo: RT, 1998.

AMARAL, Francisco. **Direito civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito**

administrativo econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências reguladoras e a separação de poderes. **Rev. dos Tribunais**, São Paulo, v. 786. Disponível em: <<http://www.mundojuridico.adv.br>> Acesso em: mar/2004.

ARAÚJO, Marcos. Agências reguladoras. **Centro de estudos Jurídicos da Sociedade Juxta Legem**. Disponível em: <<http://www.justalegem.com.br>> Acesso em: 02 nov. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO. **Agências reguladoras: Instrumento do fortalecimento do Estado**. São Paulo: ABAR, 2003.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Processo administrativo disciplinar**. Max Limonad, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **Agências reguladoras**. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2002.

BASILONI, Nilton Luiz. **A coisa julgada nas ações coletivas**. São Paulo: J. Oliveira, 2004.

BESTER, Gisela Maria. **Cadernos de direito constitucional**. Parte 1. Porto Alegre: Síntese, 1999.

BITTENCOURT, C. A. Lúcio. **O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

BRASIL. Código de defesa do consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

BRASIL. Lei 7.347 de Julho de 1985. Trata sobre a ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, consumidores e dá outras providências.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CARVALHO FILHO. José dos Santos. Ação civil pública: comentários por artigo. In: MOREIRA, José Carlos Sarbosa. **Temas de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

CARVALHO, Milton Paulo de. **Interesses individuais homogêneos**. São Paulo: Forense, 1998.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios políticos constitucionais**. Tradução de Maria do Céu Carvalho. Rio de Janeiro: Liber Júris, 1989.

CUÉLLAR, Leila. **As agências reguladoras e seu poder normativo**. São Paulo: Dialética, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DINAMARCO, Pedro da Silva. **Ação civil pública**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Constitucionalidade: o ali, 51 da constituição do Estado de São Paulo. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, n. 16, p.22.

FERREIRA, Pinto. **Comentários á constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 5.

GALENO, Lacerda. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Forense, 2001.

GORDILLO, Agustin A. Princípios gerais de direito público. Tradução de Marco Aurélio Greco. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1977.

- GRINOVER, Ada Peliegrini. Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade. In: MILARÉ, Edis (Org.). **Ação Civil Pública**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- GRINOVER, Ada Pelegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 6. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1999.
- GUERRA, Isabela Franco. **Ação civil pública e o meio ambiente**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito das agências reguladoras independentes**. São Paulo: Dialética, 2002.
- _____. **Licitação e contratos**. Rio de Janeiro: Renovar. 2006..
- _____. **Concessões e Permissões de serviços públicos**. Rio de Janeiro: Renovar. 2006..
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**. 58. ed. São Paulo: RT, 1997.
- _____. **Interesses difusos**: conceito e legitimação para agir. 5. ed. São Paulo: RT, 2000.
- MAZZILLI, Hugo. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- _____. **Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, hábeas data**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- _____. _____. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. **Ações coletivas no direito comparado e nacional**. São Paulo: RT, 2002.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de constitucionalidade**: aspectos jurídicos e políticos. São Paulo: Saraiva, 1990.
- MILARÉ, Edis. **A ação civil pública na nova ordem constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis** (título original): *De l'Esprit des Lois, ou du rapport que les lois doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement, les mœurs, le climat, la religion, le commerce, etc.* São Paulo : Martin Claret, 2002.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MOREIRA, Egon Bockmann. **Princípios constitucionais do processo administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2004.
- NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. São Paulo: RT, 2003.
- NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1999. v. 3.
- NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 11. ed. Rio de Janeiro: E. Gastos, 1982.
- PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **As agências reguladoras**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.
- PAZZAGLINI FILHO, Marino et al. **Improbidade administrativa**: aspectos jurídicos da defesa do patrimônio público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- POLETTI, Ronaldo. **Controle de constitucionalidade das Leis**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição de 1967**.
- SALDANHA, Nelson. **O estado moderno e a separação de poderes**. São Paulo: Saraiva, 1987.

SANTOS, Carlos Frederico Grito. O amplo conceito da ação civil pública. **Revista do Ministério Público do Estado da Bahia**, n. 8, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SPITSZCOSKI, Celso. **Direito administrativo**. São Paulo: Damásio de Jesus, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2000.

TEMER, Michel. **Elemento de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: RT, 2003.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Temas de direito público**. Belo Horizonte: DeI Rey, 2000.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional**. Belém: Cejup, 1999.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Ação civil pública**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANCANER, Weida. **Responsabilidade civil do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2004.

17. Direito Tributário

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA.

Disciplina: Direito Tributário

Ano: 2016

Carga Horária Total: 14 horas-aula

Modalidade: presencial

2. Objetivos

Fornecer ao pós-graduando aprendizado pontual da Teoria Geral do Direito Tributário e do Sistema Constitucional Tributário.

3. Ementa

Tributo e suas Espécies. Competência Tributária. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades e Isenções. Norma Tributária de Incidência. Obrigação Tributária principal e acessória. Sujeição Passiva Tributária. Lançamento: conceito e modalidades. Causas de Suspensão e de Extinção do Crédito Tributário. Tributos Estaduais e Municipais: aspectos gerais. Processo Judicial Tributário: ações exacionais e antiexacionais.

4. Conteúdo Programático

4.1. Tributos – Conceito e Classificação. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório e Contribuições. Tributos vinculados e não vinculados.

4.2. Sistema Constitucional Tributário – Competência Tributária. Princípios constitucionais tributários (limitações ao poder de tributar).

4.3. Imunidades Tributárias – Natureza jurídica. Imunidade e Isenção: distinção. Imunidades genéricas e específicas.

4.4. Norma Jurídica Tributária de Incidência (Hipótese de Incidência e Consequência Normativa) – Critérios ou aspectos da norma jurídica tributária de incidência (regra-matriz de incidência). Obrigação tributária principal e acessória (deveres instrumentais). Sujeito ativo e sujeito passivo. Base de cálculo e alíquota. Responsabilidade tributária.

4.5. Lançamento do Crédito Tributário – Definição. Modalidades no CTN.

4.6. Suspensão da Exigibilidade da Obrigação Tributária (art. 151 do CTN), Extinção da

Obrigação Tributária (art. 156 do CTN) e Exclusão do Crédito Tributário (art. 175 do CTN) – Causas previstas no CTN. Prescrição e decadência no direito tributário.

4.7. Tributos Estaduais – Imposto sobre a Transmissão “causa mortis” e “inter vivos” de Doações de bens e direitos (ITCMD). Imposto sobre Operação relativa   Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviç os de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – (ICMS).

4.8. Tributos Municipais – ISS, IPTU e ITBI.

4.9. Processo Judicial Tributário – Ações exacionais: execução fiscal e medida cautelar fiscal. Ações antiexacionais: embargos   execução, objeção de pré-executividade, mandado de segurança, a es ordinárias (declaratória e anulatória), a o de repetição do indébito e a o de consignação em pagamento.

5. Metodologia e Recursos

Estudo de Caso. Aulas expositivas, com discussão e reflexão sobre os temas propostos, mediante pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, além da análise de provas e concursos para a magistratura.

6. Procedimentos de Avaliação

Ao término do semestre a EMAP aplicará uma prova com questões objetivas e/ou dissertativas, elaboradas pelo professor, reunindo todas as disciplinas do semestre (m dia conforme regulamento).

No decorrer das aulas o professor também poderá realizar atividades diversas, como resolução de questões em duplas ou individualmente, para possibilitar a autoavaliação e retroalimentação, caso considere oportuno.

7. Bibliografia Básica

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário nacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v.1

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário nacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. v.2

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário nacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v.3

MACHADO, Hugo de Brito. Mandado de segurança em matéria tributária. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

PAULSEN, Leandro. Direito tributário. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

PAULSEN, Leandro. Direito processual tributário. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

18. Infância e Juventude - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação   Magistratura

PLANO DA DISCIPLINADisciplina: **Infância e Juventude**Ano: **2016**Carga Horária Total: **8 horas-aula**Período para realização: **duas semanas**Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1 Geral: estimular o cursista ao estudo da realidade sócio-jurídica brasileira no tocante aos direitos e deveres da Criança e do Adolescente, como ponto de partida para o exercício da Magistratura na área da Infância e Juventude.

2.2 Específicos: - estudar o conteúdo da legislação especial (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90); - despertar no cursista a importância da disciplina tendo em vista a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes; - interagir com as demais áreas profissionais que têm como objetivo o estudo sócio-jurídico da Infância e Juventude (psicologia, serviço social, pedagogia, sociologia); - conhecer as competências das áreas de aplicação da disciplina no campo do Direito (Defensoria, Promotoria e Juizado da Infância e Juventude).

3. Ementa

3.1 Criança e Adolescente: a realidade social e a situação jurídica no Brasil – 3.2 Declarações e Convenções Internacionais - 3.3 Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina da Proteção Integral – 3.4 Disposições preliminares e direitos fundamentais – 3.5 A prevenção como dever de todos – 3.6 Política de atendimento – 3.7 Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares – 3.8 Medidas de Proteção e Medidas pertinentes aos pais e responsáveis – 3.9 Ato infracional e Medidas sócio-educativas – 3.10 Acesso à justiça - 3.11 Competência da Vara da Infância e Juventude – 3.12 Crimes e infrações administrativas.

4. Conteúdo Programático

4.1. Direito Internacional da Criança e do Adolescente.

4.2. Dos direitos fundamentais.

4.3. Das medidas de proteção: a) Destituição do Poder Familiar e Adoção. Adoção Internacional; b) Medida Sócio Educativa.

4.4. Dos atos infracionais.

4.5. Das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.

4.6. Política de atendimento do Direito da Criança e do Adolescente – Conselho de Direito e Conselho Tutelar.

4.7. Da Justiça da Infância e da Juventude.

4.8. Órgãos de Coordenação e Apoio e Serviços Auxiliares da Infância e Juventude.

4.9. Dos procedimentos.

4.10. Dos recursos.

4.11. Do Ministério Público e do Advogado.

4.12. Da proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos.

4.13. Dos crimes e das infrações administrativas.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso. O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

CURY, Munir et al. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Malheiros, 1996.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1998.

LIBERATI, Wilson Donizete. **Comentários ao ECA**. São Paulo: Malheiros, 1995.

PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.) **O melhor interesse da criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

8. Bibliografia Complementar

ALBERGARIA, Jason. **Adoção plena**: segundo o ECA. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ALMEIDA, Silmara J. A. Chinelato e. **Tutela civil do nascituro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS E PROMOTORES DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. **Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente, n.1**. São Paulo: Malheiros, 1995.

BAINHAM, Andrew. **Children: the modern law**. 2. ed. Bristol: Jordan, 2000.

BELOFF, Mary (Org.) **Derecho, infancia y familia**. Barcelona: Gedisa, 2000.

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade**: posse de estado de filho, paternidade socioafetiva. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

CARVALHO, Jeferson M. **Estatuto da criança e do adolescente**: manual funcional. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

CHAVES, Antônio. **Adoção internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **É possível mudar**. São Paulo: Malheiros, 1993.

D'ANTONIO, Daniel Hugo. **Derecho de menores**. 4. ed. Buenos Aires: Astrea de Alfredo y Ricardo Depalma, 1994.

ELIAS, Roberto João. **Pátrio poder**. Guarda dos filhos e direito de visita. São Paulo: Saraiva, 1999.

FACHIN, Luiz Edson. **Da paternidade**: relação biológica e afetiva. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

GARCEZ, Sergio Matheus. **O novo direito da criança e do adolescente**. Campinas: E.V., 1994.

GOMIDE, Paula. **Menor infrator**: a caminho de um novo tempo. Curitiba: Juruá, 1990.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**: a situação jurídica de pais e mães

solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. São Paulo: RT, 1997.

_____. (Coord.) **Grandes temas da atualidade: DNA como meio de prova da filiação.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Públis Caio Bessa. **Conselhos e fundos no estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Malheiros, 1993.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Liberdade, respeito, dignidade.** UNICEF, 1991.

_____; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos.** São Paulo: Malheiros, 1994.

MORO, Alfredo Carlo. **Manuale di diritto minorile.** 2. ed. Bologna: Zanichelli, 2000.

PASTOR, Milagros García. **La situación jurídica de los hijos cuyos padres no conviven: Aspectos personales.** Madrid: McGraw-Hill, 1997.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta Interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PONTES JR. Felício. **Conselho de direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Malheiros, 1993.

SANTINI, José Raffaelli. **Adoção: guarda, medidas socioeducativas.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

SÊDA, Edson. **Construir o passado.** São Paulo: Malheiros, 1993.

SILVA, José Luiz Mônaco da. **Estatuto da criança e do adolescente: comentários.** São Paulo: RT, 1994.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. **Regulação do exercício do poder paternal nos casos de divórcio.** Coimbra: Almedina, 1997.

SZNICK, Valdir. **Adoção.** 3. ed. São Paulo: LEUD, 1999.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Direitos de família e do menor.** Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

VIANA, Marco Aurelio S. **Da guarda, da tutela e da adoção no ECA.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

19. Direito Eleitoral - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Direito Eleitoral**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. A disciplina Direito Eleitoral tem por objetivo o estudo do ordenamento jurídico eleitoral brasileiro, propiciando ao aluno a análise de seus princípios e de suas instituições.

2.2. A disciplina deve propiciar, pois, ao aluno o conhecimento dos direitos políticos dos cidadãos bem como do processo eleitoral, ou seja, o estudo do conjunto sistematizado de normas que se destinam a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, principalmente os que envolvem o direito de votar e ser votado.

2.3. Com essa finalidade, a disciplina deve permitir ao estudante uma aproximação teórica e dogmática dos direitos políticos, da competência e da organização da Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral, das condições gerais de elegibilidade, das causas de inelegibilidades, das desincompatibilizações, do conjunto de ações eleitorais instituídas para a proteção da legitimidade do processo eleitoral, bem como dos crimes eleitorais e de seu processo e julgamento.

2.4. Oferecer ao aluno a distinção entre propaganda política e propaganda partidária, diferenciando também o que é propaganda lícita, irregular e criminosa.

2.5. Explicação das regras legais aplicáveis ao processo de alistamento, votação e apuração.

2.6. Propiciar a análise do conteúdo jurídico dos princípios básicos dos ilícitos eleitorais e do procedimento e julgamento das ações competentes.

2.7. Análise jurídica dos ilícitos penais previstos na legislação eleitoral.

3. Ementa

Conceito e conteúdo do direito eleitoral. Direitos Políticos. Legislação Eleitoral: Constituição, Código Eleitoral, Lei das Eleições e Resoluções e instruções do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral. Organização e competência da Justiça Eleitoral. Condições de elegibilidade e inelegibilidades. Partidos Políticos. Controle Jurisdicional da Fidelidade Partidária. Convenções, invalidade de convenção. Coligação e número de vagas e vagas remanescentes. Pedido avulso de registro, substituição de candidatos. Organização Financeira da Campanha Eleitoral. Organização das eleições. Votação e apuração. Propaganda Eleitoral. Ilícitos eleitorais (tipicidade e características de condutas vedadas, abuso do poder em matéria eleitoral, em suas várias manifestações – econômico, político, de comunicação, etc, captação ilícita de sufrágio). Ações Eleitorais (AIME, AIJE, Recurso Contra Expedição de Diploma, Representações previstas na Lei 9.504/1997). Prestação de Contas. Crimes Eleitorais.

4. Conteúdo Programático

UNIDADE 1

4.1. Teoria Constitucional do Direito Eleitoral. Breve histórico do sistema eleitoral brasileiro: Brasil Colônia – eleições nas Ordenações; eleições no Reino (2 turnos); direito eleitoral na República Velha (A Constituição de 1891); o Código Eleitoral de 1932; as Constituições de 1934 e 1946; o golpe militar e o Ato Institucional; as Constituições Militares de 1967 e 1969 e o retorno da Democracia.

4.2. Direito Constitucional Eleitoral - Constituição Federal de 1988: Cidadania Política; Direitos Políticos; Direitos Políticos Positivos; Direitos Políticos Negativos; Elegibilidade.

UNIDADE 2

4.3. Classificação de Inelegibilidades de Adriano Soares da Costa.

4.4. Inelegibilidade X Inabilitação.

4.5. Desincompatibilização.

4.6. Irrelegibilidade.

4.7. Organização, Composição e Competência da Justiça Eleitoral: competência jurisdicional; recursal e atribuições dos Tribunais Eleitorais, dos Juízes Eleitorais e da Junta Eleitoral. Organização, atribuição e prerrogativas do Ministério Público Eleitoral. Poder

normativo da Justiça Eleitoral – Resoluções TSE. Justiça Eleitoral como Órgão Consultivo.

UNIDADE 3

4.8. Lei das Eleições (Lei 9504/97): registro de candidaturas; convenções partidárias; propaganda eleitoral; urna e votação eletrônicas.

UNIDADE 4

4.9. Fases do Processo Eleitoral: preparatória; votação; escrutínio; diplomação.

4.10. Circunscrição Eleitoral: zona eleitoral; seção eleitoral; alistamento eleitoral; mesa receptora de votos, cabinas e urnas (manuais e eletrônicas).

4.11. Ações Eleitorais: legitimidade para propositura das ações eleitorais; representação eleitoral (lei 9504/97); ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC); ação de investigação judicial eleitoral; ação de impugnação de mandato eletivo; recurso contra a diplomação (art. 262 do CE).

UNIDADE 5

4.12. Crimes Eleitorais: crimes eleitorais próprios e impróprios; crimes em espécie (boca de urna; corrupção eleitoral; transporte de eleitores; inscrição fraudulenta; invasão de sistema de tratamento de dados da Justiça Eleitoral).

4.13. Processo Penal Eleitoral: Das Garantias Eleitorais. Fase Pré-Processual. Inquérito Policial. Flagrante. Representação, notícia crime e peças de investigação. Rito processual da ação penal eleitoral e incidentes.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. DEL REY.

SOBREIRO NETO, Armando Direito Eleitoral. Juruá.

PÁDUA CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz. Direito Eleitoral Brasileiro. DEL REY.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**, DEL REY.

20. Direito Ambiental - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina **Direito Ambiental**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

- a) Capacitar os alunos a promover um concreto reconhecimento, interpretação e aplicação do conteúdo programático, bem como, viabilizar o exercício prático da base teórica apreendida para um real aproveitamento no seu cotidiano do respectivo ramo de direito.
- b) Proporcionar e exercitar o raciocínio jurídico e a análise crítica para resolução de casos concretos na seara do Direito Ambiental.
- c) Despertar a consciência para que os alunos se tornem atores da justiça socioambiental.

3. Ementa

i) Introdução ao Estudo do Direito Ambiental; **ii)** Direito Ambiental Constitucional; **iii)** Direito Ambiental Infraconstitucional; **iv)** Tutela Estatal Ambiental.

4. Conteúdo Programático

4.1. Introdução ao Estudo do Direito Ambiental. Meio Ambiente (crise ambiental, conceito, perspectivas, contextualização); Estado Socioambiental (conceito, perspectivas, contextualização); Regime Jurídico do Direito Ambiental (delimitação, autonomia, princípios, caracteres).

4.2. Direito Ambiental Constitucional. Artigo 225 da Constituição (direito fundamental ao meio ambiente equilibrado); Princípios e Deveres Ambientais Constitucionais (sustentabilidade, precaução, prevenção, meio ambiente equilibrado); Interpretação antropocêntrica e ecocêntrica do sistema constitucional nacional; (debate sobre o caput do art. 225 antropocêntrico e o viés ecocêntrico dos incisos e parágrafos do mesmo artigo); Sistemas constitucionais ambientais no sistema comparado; (Alemanha, África do Sul, EUA e Portugal – debate: é possível importar determinadas experiências estrangeiras?).

4.3. Direito Ambiental Infraconstitucional. Competências Ambientais (União, Estados, Municípios); Regulação Ambiental (CONAMA, IBAMA, infrações e sanções ambientais). Gestão Ambiental Nacional (instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: Licenciamento Ambiental, Zoneamento Ambiental, Auditoria Ambiental, Estudo Prévio de Impacto Ambiental); Direito Ambiental Administrativo. (debate: um novo ramo do direito?).

4.4. Tutela Estatal Ambiental. Demandas Jurisdicionais Ambientais (ação popular, ação civil pública; ação ordinária); Controle Estatal Ambiental (formas de controle); Responsabilidade Civil Ambiental; Análise de Jurisprudência Ambiental.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso. O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

ABELHA RODRIGUES, M., ANDRADE NERY R. M. e outros, **Direito Processual Ambiental Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ABELHA RODRIGUES, Marcelo, **Instituições de Direito Ambiental**, Editora Max Limonad, São Paulo, 2002.

AKAOUI, Fernando Reverendo Vidal. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

ALEXY, Robert. **Teoria de los Derechos Fundamentales**. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, 2003.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

ÁVILA COIMBRA, J. de, **O outro lado do meio ambiente**. 2. ed. Campinas: Millenium Editora, 2002.

BARROSO, Luís Roberto (Org.). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BESTER, Gisela Maria. **Direito constitucional**. São Paulo: Manole, 2005. v.1

DROMI, Roberto, **Derecho Administrativo**. 10. ed. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2004.

FARIAS, Talden. **Licenciamento Ambiental. Aspectos Teóricos e práticos**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito administrativo e meio ambiente**. 4ª edição. Curitiba: Juruá, 2010.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política Ambiental: Busca de efetividade de seus instrumentos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21ª edição, revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MAURER, Hartmut. **Direito administrativo geral**. São Paulo: Manole, 2006.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente. A Gestão Ambiental em Foco**. São Paulo: RT, 2009.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental Proibição de Retrocesso**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2007.

MORAES, Germana de Oliveira. **Controle jurisdicional da administração pública**. 2.ed. São Paulo: Dialética, 2004.

PORFIRIO JUNIOR, Nelson de Freitas, **Responsabilidade do Estado em face do Dano Ambiental**, Malheiros, São Paulo, 2002.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Princípios constitucionais da administração pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

SALES, Rodrigo, AUDITORIA AMBIENTAL Aspectos Jurídicos, LTR, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 6. Ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2009.

8. Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. v. 2.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade para um teoria geral da política**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BOROWSKI, Martin. **La Estructura de los Derechos Fundamentales**. Trad. Carlos Bernal Pulido. Universidad Externado de Colombia, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do estado**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONAVIDES, P., **Curso de Direito Constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BROSWIMMER F., *Ecocide*. **A Short History of the Mass Extinction of Species**. London: Pluto Press, 2002.

CAMPBELL, B., **Ecología Humana**, Barcelona: Salvat Editores, 1986.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1994.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito e Poder**. Ensaio de epistemologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direito público, estudos e pareceres**. São Paulo: Saraiva, 1996.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Ano 35, n.138, p.39-48, abr./ jun. 1998.

DERAN, C., *Meio ambiente ecologicamente equilibrado: direito fundamental e princípio da atividade econômica*, in, PURVIN DE FIGUEIREDO, G. J., (org.) **Temas de direito ambiental e urbanístico**. São Paulo: Max Limonad, 1998

DWORKIN, Ronald. **Derechos en Serio**. Barcelona: Editora Ariel, 1984.

ENTERRIA, Eduardo Garcia de. **Legislacion Delegada, Potestad Regulamentaria y Controle Judicial**. 2. ed. Madrid: Editorial Tecnos. 1981.

HERRERA FLORES, **El proceso Cultural – Materiales para la creatividad humana**. Sevilla: Aconcagua, 2005.

HUGUES, D., *Perspectives for environmental law – Entering the fourth phase*, in, Journal of Environmental law, vol. 1, n.º 1/41, 1989.

HUNTINGTON, E., **Civilization and Climate**. Hamden: Yale University Press, 1971.

NOVAIS, Jorge Reis. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

ORTIZ, Gaspar Ariño. **Economia y Estado: crisis y reforma del sector público**. Madrid:

Marcial Pons, 1993.

PINTO, Bilac. **Regulamentação efetiva dos serviços de utilidade pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

POSNER, Richard A. Teorias da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo (Coord.). **Regulação econômica e democracia**: o debate norte-americano. São Paulo: Editora 34, 2004. p.49-80.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

21. Sociologia do Direito - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina **Sociologia do Direito**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **8 horas-aula**

Período para realização: **duas semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

- 2.1 Estudar os primordiais conceitos sociológicos sob o ponto de vista do direito e da justiça;
- 2.2 Compreender os fenômenos sociais de maneira fundamentada;
- 2.3 Capacitar o estudante a uma visão crítica da sociedade;
- 2.4 Instrumentalizar um processo de transformação Social;

3. Ementa

Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da gestão judiciária (política e economia). Controle social do direito e o direito. Direito, comunicação social e opinião pública. Conflitos sociais e sistemas de composição de litígios.

4. Conteúdo Programático

4.1. Direito e sociedade. Conflitos sociais e a resolução do Estado, do Direito e do Estado de Direito. "Gestão do direito" e o fenômeno burocrático. Conceito de sociologia e método sociológico.

4.2. Transformação social: Direito como ideologia. Introdução à antropologia. Realismo jurídico.

4.3. O caráter simbólico do direito. A construção do sentido social através das normas jurídicas e a eterna dicotomia (verdadeiro x falso).

4.4. Sociedade complexa e opinião pública. Direito e democracia.

4.5. Controle de jurisdição. O papel do Conselho Nacional de Justiça. Estatísticas e Relatórios. Movimento pela conciliação: fundamentações teóricas e estatísticas. Para uma "nova justiça". Gestão da administração judiciária. [Este item poderá ser ministrado à distância]

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

FARIA, José Eduardo. **Sociologia Jurídica**: legitimidade do poder judiciário. São Paulo: Saraiva, 2008.

KRONMAN, Anthony. *Max Weber*. Trad. John Milton. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2007.

8. Bibliografia complementar

ARIZA, Santiago Sastre. Algunas consideraciones sobre la ciencia jurídica. *Doxa* [Revista de Filosofía]. <http://publicaciones.ua.es/LibrosPDF/0214-8676-24/22.pdf>

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VOLPATO DUTRA, Delamar José. Habermas e Weber: O modelo processual de moralização do direito ou como respeitar a autonomia da legitimidade do direito em relação à moral. *Cadernos da EMARF*, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, abr./set. 2009. Disponível em:

http://www.ifcs.ufrj.br/~sfjp/revista/downloads/habermas_e_weber_o_modelo_processual.pdf

KELSEN, Hans. Una fundamentación de La sociologia del Derecho. Edición digital a partir de *Doxa : Cuadernos de Filosofía del Derecho*, núm. 12 (1992), pp. 213-256. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/una-fundamentacin-de-la-sociologa-del-derecho-0/>

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: Entre facticidade e validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2 v.

TRINDADE, Andre. Para entender Luhmann. São Paulo: Livraria do Advogado. 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

22. Psicologia Judiciária e Técnicas de Conciliação - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina **Psicologia Judiciária e Técnicas de Conciliação**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **12 horas-aula**

Período para realização: **quatro semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. Geral:

Propiciar ao juiz um maior conhecimento do comportamento humano, ao mesmo tempo facilitar a atuação no exercício da judicatura, em especial nas áreas diretamente vinculadas a relacionamentos humanos. Fornecer subsídios para interpretar com maior segurança os fatos jurídicos que trazem reflexos sociais e psíquicos

Buscar aportes na psicologia geral e na teoria da personalidade, favorecedores da atuação jurisdicional, no que concerne à compreensão do comportamento humano e relacionamento social, interpessoal e interprofissional.

2.2. Específicos:

2.2.1. Compreender a importância da comunicação e da linguagem como mecanismo de adaptação e sua importância no relacionamento social e como instrumento de efetividade na atividade profissional do Magistrado, dentro dos Tribunais e na sociedade.

2.2.2. Refletir sobre problemas atuais da psicologia com reflexos no Direito, como assédio moral e assédio sexual.

2.2.3. Captar a Teoria do Conflito, os mecanismos autocompositivos de solução de conflitos, seus procedimentos, técnicas, instrumentos, posturas e condutas.

2.2.4. Interpretar o fato real, seu significado psicológico e sua importância na compreensão e percepção dos fatos.

3. Ementa

A formação da personalidade humana, suas vicissitudes e implicações na atividade judicante. A Psicologia social. Comportamentos organizacionais. As Dimensões Psicossociais do Trabalho. O Fato Psicossocial e sua Interpretação. Pensamento e Comunicação. Conciliação e Mediação. Técnicas e Instrumentos.

4. Conteúdo Programático

Parte 1: Psicologia Judiciária

4.1. Caracterização da psicologia enquanto ciência e principais teorias

4.2. Estrutura de personalidade e comportamento humano

4.3. Conceitos de saúde e doença mental

4.4. Questões do Direito Civil/ Família (alienação, guarda de filhos...)

4.5. Questões do Direito do Trabalho (assédio moral e sexual)

4.6. Questões do Direito Penal (delinquência, criminalidade)

4.7. O papel social dos profissionais do Direito

4.8. Psicologia do Testemunho

Parte 2: Técnica de Conciliação

4.9. Introdução: Os novos métodos e suas dificuldades. Métodos RAC.

4.10. O Conflito: Definição. Escala de Maslow.

4.11. Introdução aos Métodos Autocompositivos: Autocompositivos X Heterocompositivos. Mediação, Negociação, Conciliação, outros métodos.

4.12. Comunicação. Rapport. Introdução à Teoria da Comunicação

4.13. Posição e Interesse. Teoria dos Jogos: Definição. Introdução à Teoria dos Jogos.

4.14. Técnicas e Habilidades para uma boa Conciliação.

4.15. Estrutura da Audiência de Conciliação: Preparação. Início da Audiência. Declaração de Abertura. Desenvolvimento. Encerramento.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

5. Bibliografia

Parte 1: Psicologia Judiciária

Bibliografia básica:

SCHULTZ, Duane P; SCHULTZ, Sidney Ellen. **Teoria da Personalidade**. Tradução da 9ª edição norte-americana. Editora Cengage Learning – 2009.

BLEICHMAR, H. **Introdução ao estudo das perversões: teoria do Édipo em Freud e Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

CAFFÉ, Mara. **Psicanálise e Direito**. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rasana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. São Paulo. Atlas – 2011.

Bibliografia complementar:

- DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. SP: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- FREUD, S. **Estúdios sobre la histeria**. In.: Obras completas de Sigmund Freud. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, v. 1, p. 39-168.
- LLERA, Jesús Beltrán. **Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CARVALHO, Maria C. Neiva; MIRANDA, Vera Regina. **Psicologia Jurídica: Temas de aplicação**. Curitiba: Juruá, 2007.
- RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRITO, Leila Maria Torraca de. **Temas de psicologia jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **A adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- BLEICHMAR, H. **Introdução ao estudo das perversões: teoria do Édipo em Freud e Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

Parte 2: Técnica de Conciliação**Bibliografia básica:**

- AZEVEDO, André Gomma de (org). **Manual de Mediação Judicial**.
- BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRITO, Leila Maria Torraca de. **Temas de psicologia jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CARVALHO, Maria C. Neiva; MIRANDA, Vera Regina. **Psicologia Jurídica: Temas de aplicação**. Curitiba: Juruá, 2007.
- FIORELLI, FIORELLI, MALHADAS JR. **Mediação e Solução de Conflitos**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência social: o poder das relações humanas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Bibliografia Complementar:

- BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais. A Nova Mediação Paraprocessual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryante. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- COOPER, Robert; SAWAF, Ayman. **Inteligência emocional na empresa**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Glosas ao "Verdade, Dúvida e Certeza", de Francesco Carnelutti, para os Operadores do Direito *In Anuário Ibero-Americano de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2002, p. 173/197.
- CURY, Antonio. **Organização e métodos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KEPPEN, Luiz Fernando Tomasi, e MARTINS, Nádia Beviolaqua. **Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos**. Curitiba:JM, 2009.
- MUCHINSKI, Paul M. **Psicologia organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- O'CONNOR, Joseph e SEYMOR, John. **Introdução à Programação Neurolinguística**. São

Paulo: Summus, 1995.

SIX, J. F. **Dinâmica de moderação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

23. Ética, Estatuto Judiciário da Magistratura Nacional e Org. Judiciária. - EAD

Escola da Magistratura do Paraná
Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado
Curso de Preparação à Magistratura

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Ética, Estatuto Judiciário da Magistratura Nacional e Org. Judiciária.**

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **10 horas-aula**

Período para realização: **quatro semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet.**

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

2.1. Gerais: Estudo, informação, compreensão e entendimento da carreira da magistratura nacional e dos deveres e direitos dos magistrados, com destaque à organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná.

2.2. Específicos: Análise do Código de Ética da Magistratura, do Estatuto da Magistratura (LOMAN) e do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

3. Ementa

3.1 Código de Ética da Magistratura Nacional: independência, imparcialidade, transparência, integridade pessoal e profissional, diligência e dedicação, cortesia, prudência, sigilo profissional, conhecimento e capacitação, dignidade, honra e decoro.

3.2 Estatuto da Magistratura Nacional: direito e deveres dos magistrados. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça

3.3 Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná: órgãos do Poder Judiciário estadual; carreira da magistratura; divisão judiciária no Estado do Paraná.

4. Conteúdo Programático

4.1. Código de Ética da Magistratura Nacional.

4.1.1. Estudo de seus dispositivos.

4.2. Estatuto da Magistratura Nacional (LOMAN).

4.2.1 Direitos e deveres dos magistrados.

4.2.2 Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

4.3 Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

4.3.1 Dos órgãos do Poder Judiciário do Paraná.

4.3.2 Dos Magistrados. Carreira.

4.3.3 Da divisão judiciária.

4.3.4 Auxiliares da Justiça.

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Código de Ética da Magistratura Nacional. Brasília: CNJ, 2008.

BRASIL. **Constituição federal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei orgânica da magistratura nacional**, lei complementar n. 35, 14 de março de 1979. Brasília, DF, 14 mar. 1979.

BANNWART, Clodomiro (org.). Formação Humanística. Questões para a Magistratura. Niterói: Impetus, 2012.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini & DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo, São Paulo: Malheiros, 29ª ed., 2013.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 29ª ed., São Paulo: Atlas, 2013.

PARANÁ. **Constituição estadual**. Curitiba: Juruá, 2008.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Regimento interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Curitiba: TJPR, 2008.

24. Filosofia do Direito e Hermenêutica – EAD

Escola da Magistratura do Paraná

Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado

PLANO DA DISCIPLINA

Disciplina: **Filosofia do Direito e Hermenêutica**.

Ano: **2016**

Carga Horária Total: **10 horas-aula**

Período para realização: **quatro semanas**

Modalidade: **Educação a distância (EAD) pela Internet**.

Adaptado para EaD em novembro/2014

2. Objetivos

Investigação sobre a noção de filosofia e o conceito de hermenêutica e o seu estudo dentro da ciência do Direito.

2.1. Geral:

Analisar a sua importância na formação cultural do aluno/investigador, propiciando-lhe um vasto conhecimento filosófico de pensamento e raciocínio estruturado.

2.2. Específico:

Compreender e discernir sobre a justiça na evolução da sociedade e os diferentes métodos de interpretação, adequando-os aos casos concretos existentes. A percepção das inovações e críticas contemporâneas na Filosofia e na Hermenêutica Jurídica.

3. Ementa

1. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 2. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. 3. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

4. Conteúdo Programático

4.1. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. História dos sistemas de pensamento e metodologia jusfilosófica.

4.2. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. Conceito de Direito na Contemporaneidade.

4.3. A interpretação do Direito. Hermenêutica e Interpretação: uma ciência em busca de soluções. As escolas da hermenêutica: um avanço social. Os métodos clássicos: a base da lei. Novos métodos: o encontro com a pós-modernidade. A nova hermenêutica: os métodos integrativos de Rudolf Smend; tópico de Theodor Viehweg; e concretista de Konrad Hesse, Friedrich Muller e Peter Häberle. Solução dos conflitos de normas (antinomias) e integração do ordenamento jurídico.

4.4 A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável A lógica do razoável de Luís Recaséns Siches. (Este item poderá ser ministrado à distância).

5. Metodologia e Recursos

Os conteúdos serão disponibilizados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EMAP, pela Internet, com acesso restrito aos inscritos e tutores, em período definido. Haverá a atuação do professor conteudista, autor dos conteúdos que serão apresentados em forma de videoaulas, textos e atividades.

Haverá também a atuação do professor tutor que acompanhará as atividades durante o período de oferta da disciplina, responsável pela condução dos fóruns, orientação das atividades, esclarecimento de dúvidas e avaliação das atividades, quando for o caso.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

6. Procedimentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem ocorrerá durante os estudos na sala on-line, tendo em vista a autoavaliação do conhecimento do aluno mediante a participação em fóruns de discussão e outras atividades, se for o caso. Haverá ainda uma prova aplicada presencialmente ao

término do semestre.

O controle de frequência se dará pela participação dos alunos nas atividades previstas na sala on-line.

7. Bibliografia Básica

BILLIER, Jean-Cassien; Meryoli, Aglaé: História da Filosofia do Direito. Tradução de Maurício de Andrade. Barueri/SP: Manole, 2005.

BITTAR, Eduardo E. B. e ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**, 4. ed., São Paulo: Atlas, 2005.

FRANÇA, Limongi. **Hermenêutica jurídica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

8. Bibliografia Complementar

ARISTÓTOLES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**. 4. ed, rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico** 10. ed. Brasília: UNB, 2006.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. **Hermenêutica e argumentação**: uma contribuição ao estudo do direito. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. 2. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003.

COSTA, Dilvanir José da. **Curso de hermenêutica jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional**: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, uma contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

HABERMAS, Jurgen . **Direito e Democracia**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Hermenêutica**. São Paulo: Malheiros, 1997.

FERREIRA, Nazareo do Socorro Conte. **Da interpretação à hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Safe, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1991.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Edipro, 2003.

KOZICKI, Kátia; CHUEIRI, Vera Karam de. **Estudos em direito, política e literatura: hermenêutica, justiça e democracia**. Curitiba: Juruá, 2006. v. 1

LEAL, Rogério Gesta. **Hermenêutica e direito**: considerações sobre a teoria do direito e os operadores jurídicos. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

NEVES, Marcelo. *Entre Themis e Leviatá*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica filosófica e constitucional**. BH: Del Rey, 2001.

PERELMAN, Chaim. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do direito**: situação atual. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins, 2008.

